



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.
L. J.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
30 DE DEZEMBRO DE 2008

— Aos TRINTA Dias do mês de DEZEMBRO de DOIS MIL E OITO, nesta cidade de Vila do Conde, no edifício do Auditório Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA; a) Discussão e votação de Moção de Censura à Câmara Municipal; b) Participação do Município de Vila do Conde na Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal; c) Grandes Opções do Plano de Actividades e Investimentos e Orçamento Municipal para 2009; d) Mapas de pessoal para 2009; e) Informação da Presidência da Câmara sobre a actividade municipal; 3 – PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA. -----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DR. LÚCIO FERREIRA procedeu à chamada e verificou a existência de “quórum”. Foi aberta a sessão, pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. -----

--- Encontravam-se presente o PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO DE ALMEIDA, E OS VEREADORES; DR. PACHECO FERREIRA, ENG.º ANTÓNIO CAETANO, PROF. DOUTOR VÍTOR COSTA, DR. PEDRO BRÁS MARQUES, DR. AFONSO FERREIRA, ENG.º PEDRO GUERRA. -----

--- Pediram a substituição do respectivo mandato os deputados municipais: DR.ª ANA MARIA ABREU (justificou a falta); DR. VÍTOR REIS (suspensão/8 dias); CÁRMEN ISABEL GONÇALVES SILVA; ENG.º CONSTANTINO SILVA; ALEXANDRE FRIAS OLIVEIRA COSTA; DR.ª MARIA SALGUEIRO SILVA AZEVEDO GOMES (Suspensão/razões profissionais/30 dias). ---

--- O Deputado DR. ANTÓNIO EDUARDO MARTINS FERREIRA, comunicou à Mesa a renúncia ao Mandato, com efeitos imediatos, nos termos do artigo 76.º das Lei 169/99, em 22 de Dezembro. A Mesa comunicou ao Grupo Municipal do PSD que procedeu à substituição do ENG.º FERNANDO MANUEL ALVES MAIA DA SILVA. -----

--- Faltou o Deputado Municipal: DR. ANTÓNIO JOSÉ SILVA GONÇALVES. -----

--- Faltou o PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LABRUGE, o qual comunicou que não podia estar presente, porque à mesma hora tinha reunião com as Associações de Freguesia. Não pediu para ser substituído. -----

--- Pediu a suspensão o PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOS (por 30 dias) e fez-se substituir pelo Eng.º Amaro Ferreira de Oliveira. -----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DR. LÚCIO FERREIRA de seguida deu a conhecer a CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA. Após o que abriu o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

--- Documento Um, apresentado pelo PSD, “VOTO DE PESAR”, pelo falecimento do vilacondense António Monteiro dos Santos. -----

--- O PS apresentou, também, um voto de pesar pelo falecimento dos vilacondenses António Monteiro dos Santos, Mário da Costa Torres, Carlos da Silva Costa e José Graça da Silva. -----

--- Foi aprovado por unanimidade fundirem-se os dois votos de pesar, ficando a redacção¹ do mesmo a cargo da Mesa da Assembleia. Posto à votação foi aprovado por unanimidade De seguida guardou-se um minuto de silêncio. -----

¹ Doc.1 anexo à acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.
A

--- **Documento Dois** apresentado pela CDU, "MOÇÃO"², relativa ao PIDDAC para 2009, pela não inclusão das empreitadas da Esquadra da PSP e do Quartel da GNR.--

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** lembrou os esforços que têm sido feitos no sentido de que, quer a PSP, quer a GNR, passem a estar dotados de elementos que aumentem as condições de segurança, no concelho. A P.S.P. tem aumentado o contingente. A Secção de Vila do Conde/Póvoa de Varzim, está instalada no concelho de Vila do Conde. Toda a coordenação feita nos dois município, parte de Vila do Conde. Sabe-se que a Secção vai passar a Divisão, vai envolver também Santo Tirso, mantendo-se toda a coordenação em Vila do Conde. O que obriga à construção da Esquadra. Quanto à GNR existe a promessa de que vão aumentar o contingente a partir do início do próximo ano, pelo que será necessário um Posto em Modivas. Referiu que a solução destas situações, actualmente, não passam pelo PIDDAC, mas através da contratualização entre o Governo e os Municípios. Neste momento está a decorrer e a ser finalizado um Protocolo que envolve o Ministério da Administração Interna e a Câmara Municipal, para a construção do Quartel da GNR, em Modivas e para a divisão da PSP, em Vila do Conde. A Câmara Municipal em ambos os casos cede o terreno e constrói a obra que será paga, à semelhança do que aconteceu a Unidade de Saúde de Malta, pela Administração Central. Será a Câmara Municipal a lançar o concurso, os comandos daquelas forças de segurança estão a ultimar os projectos, a obra irá ser executada e o seu pagamento é da responsabilidade do Estado. É a razão por não constarem do PIDDAC. -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** recordou que estas empreitadas estão prometidas há muito tempo, sempre adiadas e nunca executadas. Referiu-se às previsíveis dificuldades que vão decorrer no próximo ano, que poderão vir a justificar mais um adiamento dessas obras. Disse que só irá acreditar na sua execução quando vir obra no "terreno". Entende que o importante, independentemente de como irá ser planeada e paga as obras, é a sua execução, a construção.-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que não fazia sentido não se acreditar no Protocolo que está agora a ser elaborado. Recordou que quando essas obras estavam inscritas no PIDDAC, por sucessivos governos do PS e do PSD, nunca foram realizadas. -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** deu a conhecer que o grupo parlamentar do BE fez propostas para melhoramentos das condições dos Centros de Saúde do concelho. ---

--- **CARLOS LARANJA DO PS** referiu que essas obras figuraram em vários anos no PIDDAC e não foram realizadas, e que acredita que sendo protocolizadas com a Câmara Municipal, irão ser realizadas. Sugeriu ao deputado Fernando Reis a alteração do texto da Moção, para que a mesma tivesse aprovação de todas as forças partidárias com assento na Assembleia Municipal.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse que a CDU e o PCP têm vindo a apresentar esta proposta no Parlamento em sede de PIDDAC e tem sido votada negativamente pelas outras forças políticas. Referiu que não vê inconveniente em alterar a moção apresentada (neste momento apresentou nova a versão final).-----

--- **EDUARDO LEMOS DO PSD** referiu que existem problemas de segurança e de criminalidade, que confia que a Câmara Municipal está a fazer esforços para que essas obras se realizem, mas na verdade ainda não estão garantidas essas obras, pelo que são a favor da moção. -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à votação a Moção com as alterações efectuadas durante o debate. -----

--- **APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

² Doc. 2 anexo à acta (moção alterada no decurso da discussão).



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.
A

--- **Documento Três**, apresentado pelo Bloco de Esquerda, "Moção"³, pela qualidade da escola pública e pela suspensão do actual modelo de avaliação de desempenho.---

---CARLOS LARANJA DO PS disse que o Grupo Parlamentar do PS apenas discute na Assembleia Municipal os assuntos que dizem respeito a Vila do Conde. Pelo que para além de não votarem favoravelmente qualquer documento que não diga respeito exclusivamente a Vila do Conde, nem sequer participarão na sua discussão. -----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD considerou a moção pertinente, que interessa a Vila do Conde. Disse que a própria ministra reconheceu que o modelo continha erros, quando admitiu alterar o sistema de avaliação, após duas manifestações e uma greve geral dos professores. Entende que o modelo além de não servir, não deve sequer ser aplicado, pois perturba o clima e o ambiente escolar em todas as escolas, daí dizer respeito a Vila do Conde. A prosseguir este modelo, os professores desviam-se das suas funções, ensinar, para terem de realizar outras tarefas, perturbando o normal desenrolar da actividade nas escolas. Por isso, é a favor da moção.-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE disse que a bondade da moção foi amplamente discutida, especialmente entre os professores. Que está em desacordo com o deputado Carlos Laranja por entender que este tema afecta todas as famílias que têm filhos nas escolas, que estão a sentir toda a perturbação criada à volta dos professores, pelo que muitos vilacondenses são afectados. Entende que a moção pretende defender a escola pública, com qualidade e visa expurgar os conflitos que existem nessas escolas. Referiu que o Presidente da Câmara recebeu representantes do Sindicato dos Professores demonstrando a preocupação pela situação dos vilacondenses, seja dos professores, alunos ou encarregados de educação. Disse que o que está em causa é que se encontre um modelo de avaliação que avalie o desempenho dos professores, que sirva para alguma coisa que não seja apenas para poupar dinheiro, mas antes para melhorar e para premiar aqueles profissionais que se empenham nas Escolas e nesse sentido contribua para melhorar a escola e a educação dos nossos filhos.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU entende que a questão tem pertinência e que o actual modelo nada trás de bom, nada vem ajudar ao desenvolvimento intelectual e profissional. Que coloca em causa o próprio ensino profissional. Entende que é uma luta que promete acentuar-se mais e mais e, se assim continuar, não trará nada de positivo, principalmente para os alunos. Entende que a posição do PS local é infeliz, porque sendo verdade que o PS local tem tido sempre, por princípio, não discutir questões de nível nacional que não se refiram à localidade, também é verdade que já houve uma manifestação de professores em Vila do Conde, precisamente quanto ao Estatuto. Referiu que esta moção poderia ajudar a bem do ensino, a bem do interesse dos professores, a bem da paz e da coesão social que tão necessária vai ser para o próximo ano, ao alertar os responsáveis, porque será apenas essa a consequência que terá, para a preocupação que também nesta cidade existe, relativamente a este problema. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA disse ser conhecido o seu apreço pessoal e o da Câmara Municipal pela classe dos docentes. São vitais na formação da nossa juventude e na vida futura concelhia. E a Câmara Municipal demonstrou-o o ano passado quando decidiu atribuir a medalha de mérito aos Agrupamentos de Escolas do Ensino Básico – 1.º, 2.º e 3.º Ciclo. Na sessão solene de entrega das Medalhas de Mérito disse que o fazia reconhecendo o papel notável que os professores do nosso concelho têm vindo a desenvolver, conseguindo aumentar o sucesso escolar e contribuindo de facto para uma juventude melhor. Que quando os professores se manifestaram duas vezes, em

³ Doc. 3 anexo à acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

frente à Câmara Municipal, contra algo que tinha a ver com a política educativa, pela consideração que mereciam, recebeu-os de ambas as vezes. Muito mais sabendo que para além de estarem dirigentes sindicais, estavam professores de todas as escolas do concelho. Que aí manifestou-lhes, mais uma vez, o apreço que por eles tinha, a disponibilidade da Câmara para colaborar com eles em tudo que fosse possível para aumentar o nível do ensino e da educação no concelho, e manifestou-se favorável à escola pública, como o demonstraram quando aderiram à escola a tempo inteiro, com as actividades de enriquecimento curricular, recorrendo a uma despesa extraordinária de cinquenta mil contos, para alugar pré fabricados. O que outros não fizeram. Entende que a escola pública é fundamental, por que só ela é que transforma um sistema que tinha uma desigualdade enorme, em que aqueles que têm dinheiro podem recorrer a instituições privadas e a explicações, enquanto os outros são deixados quase ao seu próprio destino. Quanto à questão da avaliação e respectivo modelo, disse-lhes que não se pronunciaria sobre nada disso, porque não conhece os dados do problema. Fizeram-lhe chegar um dossier que se comprometeu a entregar no Ministério, o que foi feito, mas não tomou nenhuma posição nessa matéria. Entende que uma coisa é a avaliação dos professores, outra é a escola pública. Que está incondicionalmente a favor da escola pública. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE referiu que a avaliação e a escola pública são a mesma coisa, pois a escola pública só melhora se houver avaliação em condições, que dê indicadores, estimule e premeie os bons profissionais, que contribuem para o combate ao abandono escolar e para que a escola tenha mais sucesso.-----

--- ESTA MOÇÃO FOI REJEITADA COM **39 VOTOS CONTRA, 14 VOTOS A FAVOR E 1 ABSTENÇÃO**. -----

--- CARLOS LARANJA DO PS, apresentou Declaração de Voto: *"Há vários factos na vida nacional que, na verdade mexem, com os nossos sentimentos. Uns merecem a nossa aprovação, outros a nossa reprovação. Muito embora a "avaliação" dos professores seja uma questão que a todos preocupe, provavelmente uns estarão mais avalizados para o discutir, outros estarão menos, provavelmente uns acham que os professores não querem ser avaliados, provavelmente outros acham que os professores querem ser avaliados. O que é facto é que nós, como sempre fizemos, não discutimos aqui assuntos que não digam respeito exclusivamente a Vila do Conde. Foi isso que anunciei no início deste ponto do Período de Antes da Ordem do Dia e foi isso que fizemos, exclusivamente por isso. Nós tratamos aqui dos assuntos que dizem exclusivamente respeito a Vila do Conde"*. -----

--- FERNANDO REIS DA CDU fez um "PEDIDO DE ESCLARECIMENTO À MESA": *"Senhor Presidente da Mesa da Assembleia julgo ter ouvido o deputado Carlos Laranja dizer aqui que o PS se retirava desta discussão. Só não percebi, depois, a votação contra. É que quem se retira da discussão, não deve votar"*. -----

--- CARLOS LARANJA DO PS em defesa da honra referiu que o que disse foi que votariam contra e não participariam na discussão. -----

--- **Documento Quatro**, apresentado pelo PS, **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**⁴, pelas recentes distinções atribuídas ao Município. -----

--- RUI SILVA DO PSD referiu não entender o voto de congratulação, na medida em que se compreende que o PS entenda por bem tecer louros à Autarquia relativamente aos Prémios que recebe, já não se compreende que quando perde um galardão, "Cidades Limpas", venha congratular-se por o ter perdido. Disse que é um paradoxo brutal, já que perder um prémio ou uma distinção não é motivo de orgulho para ninguém. Por isso não votam a favor. -----

⁴ Doc. 4 anexo à acta



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures]

--- CARLOS LARANJA DO PS disse que quando Vila do Conde é distinguida, todos os bons vilacondenses se devem congratular e compete a esta Assembleia Municipal também congratular-se com as distinções que Vila do Conde recebe. Por isso o faz aqui. Explicou que apesar de em todos os itens do concurso Cidades Limpas, Vila do Conde estar com a cotação máxima, foram introduzidos dois novos factores (valor do orçamento gasto acima de dois por cento e cobrar tarifas equivalentes aos custos efectivos). Acontece que nestes dois factores Vila do Conde não os cumpriu, porque por um lado conseguiu produzir os melhores serviços gastando menos verbas do que outros municípios (gastou menos de dois por cento do orçamento) e não repercutiu nos munícipes os custos reais, suportando o próprio município essa diferença. Isto é, prestou um excelente serviço, mas gastou menos do que os outros. A penalização deu-se pela boa gestão da Câmara Municipal.-----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD disse que a explicação é bem mais simples, no passado Vila do Conde recebeu o Prémio Cidades Limpas, ou Distinção, porque tinha melhores condições que a Póvoa de Varzim e outros Concelhos do País. Agora Póvoa de Varzim venceu porque tinha melhores condições que Vila do Conde.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA explicou que Vila do Conde vinha a ganhar o Prémio Cidades Limpas, desde 1999. Com naturalidade esse prémio foi ganho por outro município. A Câmara Municipal pretendeu saber quais as áreas que deveria melhorar, para manter o mesmo nível de qualidade, visando a correcção do que de mal tivesse sido detectado. O Júri respondeu dizendo que neste ano foram introduzidos indicadores também financeiros. Já não era só o número de papeleiras por mil habitantes, já não era a população servida pela recolha selectiva, já não eram todos esses indicadores habituais que têm a ver com uma efectiva Cidade Limpa. Mas também interessava saber se o próprio serviço se auto financiava e se havia um indicador percentagem no Orçamento do Município, para mostrar que o Município atribuía uma grande importância à Limpeza Urbana. Vila do Conde perdeu o prémio por causa desse dois indicadores financeiros. O júri considera que se deve gastar mais que dois por cento do Orçamento. Vila do Conde só gastou um e meio. E que a tarifa cobrada aos munícipes é muito baixa e portanto não o torna auto sustentável. Pelo que haveria que aumentar a tarifa. O júri referiu que em todos os outros indicadores, que tinham sido os dos concursos anteriores e que tem a ver com a efectiva limpeza, Vila do Conde tinha obtido em quase todos a cotação máxima e terminam o ofício dizendo que só se precisa de manter o bom desempenho que foi feito. Entende que isto é um motivo de congratulação. É que continua-se com a qualidade de Cidade Limpa, gastou-se e cobrou-se menos que os outros Municípios.---

--- ESTE VOTO DE CONGRATULAÇÃO FOI APROVADO COM 42 VOTOS A FAVOR, 8 VOTOS CONTRA E 3 ABSTENÇÕES. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE apresentou DECLARAÇÃO DE VOTO: *"Votei contra antes de mais pela substância do documento que estava em apreço. Porquanto o Prémio foi um Prémio de Boa Conservação, mas se o Júri tivesse visitado a Casa José Régio, uns meses antes, teria verificado que o espólio da Casa José Régio, o seu recheio, estava exposto à chuva e estava coberto com um plástico. Muito provavelmente todo o trabalho de recuperação não foi suficiente para recuperar aquilo que antes se degradou. Voto contra também como uma forma de protesto, porque não pude intervir nesta questão. Também votei contra porque nós nunca nos opusemos contra as boas obras, contra as obras bem feitas e contra que o Município receba Prémios porque efectivamente se faz obras bem feitas, deve receber prémios, quando são avaliados. Nós apenas temos-nos oposto contra a calendarização dessas mesmas obras. Quando essas obras são feitas à frente e antes de obras muito mais prioritárias, como são por*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and signature in the top right corner.

exemplo, o saneamento ou a distribuição de água pública.” -----

--- FERNANDO REIS DA CDU apresentou DECLARAÇÃO DE VOTO: *“A CDU absteve-se porque considera que este Voto de Congratulação aqui trazido pelo PS tem alguma reminiscência a vitória moral. Isto é, só não ganhamos porque poupamos alguns encargos aos Vilacondenses. Ora a verdade é que provavelmente teriam ganho se não tivessem feito uma despesa com a Suma, com a Eco ambiente, empresas de cujos serviço contratualizaram para fazer determinado recolha de lixos, varredura de ruas, etc.. Vila do Conde de facto é uma Cidade Limpa. E há que reconhecer, a verdade tem que ser dita, pelo menos comparativamente a tantas outras cidades, pese embora alguns presentes caninos aí distribuídos a granel que bem desejaríamos ver afastado dos nossos olhos. Vila do Conde comparativamente é uma cidade limpa. Estamos a falar de cidades. Não de aldeias, nem de pequenas freguesias. Não tenho dúvidas nenhunas disso, há mérito efectivamente no serviço que é feito. Vitórias morais é que não.” -----*

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ENCERROU O PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, E PASSOU AO PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

--- Informou que relativamente à alínea a), aquando da marcação desta Assembleia, não dispunha da Acta ainda completamente elaborada e redigida na sua forma final. Fez-se a convocatória com indicação de que posteriormente poderiam enviar o texto definitivo. Por vicissitudes que transcendem a Mesa e que tem a ver apenas com os serviços de apoio à Mesa, não foi possível. Assim este ponto não poderá ser discutido. Virá à próxima sessão, conjuntamente com a Acta desta sessão. -----

--- b) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE MOÇÃO DE CENSURA À CÂMARA MUNICIPAL. -----

-- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou que com data de 3 de Novembro, de 2008 a Mesa recebeu da parte do Grupo Parlamentar do PSD, nesta Assembleia Municipal, invocando o artigo 33 do Regimento, alínea I), do número um e o artigo 53.º da Lei 169/99, um pedido de inclusão na Ordem de Trabalhos, de um ponto: “Discussão e votação de Moção de censura à Câmara Municipal”. Foi pedido apenas o agendamento deste ponto. Não foi acompanhado de qualquer texto. Apesar disso a Mesa despachou no sentido de incluir na Ordem de Trabalhos, na expectativa de que a todo o tempo chegasse o que por lei é obrigatório, o documento. Fazendo-o, posteriormente e em tempo útil, chegar à mão dos deputados municipais. Acontece que até à presente data não foi entregue à Mesa o documento para ser discutido. Apenas o foi feito no início da sessão, acompanhado de algumas fotocópias, que não chegavam para distribuir a todos os deputados. De acordo com o regimento, artigo quadragésimo sétimo, nenhum texto poderá ser discutido e aprovado, sem ter sido distribuído aos deputados municipais, com a antecedência de pelo menos oito dias. Perante isto, a Mesa entendeu que estava impedida de discutir este ponto. No entanto e porque se trata de uma questão de importância, discussão e votação de uma Moção de Censura à Câmara Municipal, e para que haja transparência de métodos e que não acusem a Mesa de ser demasiado legalista e cingir-se exclusivamente à Lei, uma vez que o texto se encontra na Mesa, colocou a questão do debate, discussão e votação à apreciação e deliberação da Assembleia. -----

--- CARLOS LARANJA DO PS referiu que é justo reconhecer que não deve ter sido nada fácil, durante estes dois meses, encontrar argumentação, para apresentar uma Moção de Censura à Câmara Municipal. Informou que o PS não levanta nenhum problema a que este documento, seja hoje aqui discutido. Solicitou a entrega de fotocópias para melhor analisar o documento. -----

--- RUI SILVA DO PSD explicou a razão da não entrega do documento por na última sessão ter sido discutida uma proposta cujo teor não tinha sido junto com a Ordem de



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Trabalhos, o pedido de destituição da Mesa, proposto pela CDU. Lembrou que o requerimento apresentado foi nos termos do artigo trigésimo terceiro, número dois que diz que qualquer deputado pode indicar assuntos a incluir na Ordem do Dia, desde que sejam da competência da Assembleia e o pedido seja apresentado por escrito, com antecedência de cinco dias. Ou seja, em prazo inferior aos oito dias a que o Presidente da Mesa aludiu para a notificação. Entende que mesmo que houvesse aqui uma irregularidade do PSD, o Presidente da Mesa deveria ter prevenido o Grupo Municipal do PSD comunicando-lhe tal facto. O facto de ver incluído na Ordem de Trabalhos este assunto, e ao verificar que na própria notificação se fazia constar que não ia junta a Acta, por ainda não estar elaborada, mas que posteriormente ela seria entregue aos Deputados, depreenderam que a Acta da Sessão Extraordinária de trinta de Outubro, iria ser entregue, que toda a restante Convocatória, que todos os restantes pontos estavam devidamente agendados e sem qualquer problema. Lamentou que durante todo este tempo o Presidente da Mesa não tivesse contactado o Grupo Municipal do PSD dando-lhe conta da irregularidade. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE referiu que o Presidente da Câmara Municipal não é membro da Assembleia Municipal, pelo que não deve intervir nesta fase de agendamento ou não do ponto à discussão.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse que a questão colocada pelo deputado Rui Silva é pertinente, já que houve, pelo menos um precedente e que a CDU não vê qualquer obstáculo à discussão e votação do documento.-----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que a participação do Presidente da Câmara na Assembleia Municipal faz-se de acordo com o regimento e nos termos da lei. Recordou que o precedente invocado, realmente não o foi, porque as situações são diferentes. No caso da última sessão houve foi um pedido de destituição pura e simples da Mesa, enquanto o ponto em apreço é uma moção de censura, como tal tem de estar fundamentada por escrito.-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE disse que estes pontos podiam ser resolvidos rapidamente se existisse, como noutros municípios, uma prévia conferência de líderes. Referiu que não tem nada a opor à discussão e votação deste ponto.-----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL colocou à votação a possibilidade da discussão e votação deste ponto. Foi aprovado por unanimidade.-----

--- O deputado RUI SILVA DO PSD apresentou a MOÇÃO DE CENSURA⁵.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA considerou que se estava perante uma chicana política que demonstra a qualidade dos deputados do grupo municipal do PSD, de quem tudo é esperado. Recordou que sempre foi contra o encerramento do serviço de urgências no hospital de Vila do Conde, ao contrário de muitos dos elementos do PSD. Lembrou que lhe foi afirmado, numa reunião tida com os representantes da Administração Regional de Saúde do Norte e do Conselho de Administração do Hospital, a defenderem o encerramento da urgência nocturna, e do outro lado, os Membros da Câmara a dizerem que não, enquanto não existissem mais dados. A enfermeira directora do Centro Hospitalar Vila do Conde/Póvoa disse que a opinião generalizada de quem sabe é que não havia nenhum problema em encerrar a urgência nocturna, substituindo-a pela Ambulância SIV. Disse que aí foi referido que a vereadora da Câmara Municipal de Vila do Conde, Enfermeira Marisa Postiga, por quem tem consideração, numa conversa num restaurante, na presença de várias pessoas disse que era um desperdício ter a urgência nocturna aberta, e perguntou porque é que ainda não fechou a Urgência. Que, mais tarde, ficou admirado quando numa reunião

⁵ Doc. 5 anexo à acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

da Câmara Municipal, a senhora Enfermeira Marisa Postiga, aí no papel de Vereadora, leu um documento em que era contra o encerramento nocturno. Que com seriedade e frontalidade perguntou-lhe se era ou não contra o encerramento nocturno. Ao que a vereadora respondeu que a sua posição era a que acabara de ler. Perante tal afirmação, disse que se estava perante um facto grave, já que Enfermeira Directora, numa reunião disse que a posição da vereadora era a favor do encerramento. A ser assim, a Enfermeira Directora mentiu numa reunião de trabalho em que se estava a tratar de uma coisa muito séria e que se isso era verdade, a Enfermeira Directora nunca mais se sentaria numa mesa a discutir um assunto, tão sério como é a Urgência Hospitalar. Que iria questionar pela via oficial a Enfermeira Directora, para ela confirmar ou não. Que no caso de ela confirmar que de facto naquela altura utilizou um argumento falso para o convencer, nunca mais permitiria que ela se sentasse numa reunião em que estivesse presente. A Enfermeira Directora confirmou o teor da conversa no restaurante, a posição então assumida pela vereadora e que estavam outras pessoas presentes. Posteriormente a vereadora Maria Postiga confirmou que tinha dito que era a favor do encerramento nocturno, que devia manter-se o resto da urgência e que só devia fechar quando se abrisse o novo hospital. De seguida lembrou que em Fevereiro de dois mil e sete, quando no estudo apresentado por especialistas, apresentado ao Ministério da Saúde, para a requalificação da rede de urgências em Portugal, pura e simplesmente encerravam a Urgência de Vila do Conde, por ela integrar a Urgência do Centro Hospitalar Vila do Conde / Póvoa. Nessa altura a urgência ia fechar. Que logo nesse momento opôs-se e reuniu-se em Lisboa com os responsáveis pelo Ministério da Saúde, acabando por se encontrar uma plataforma de entendimento, que deu origem ao Protocolo posteriormente assinado. Acabou por se aceitar que durante as oito e as vinte e quatro horas tinha que se manter o Serviço de Urgência, como se mantém, apenas lhe deram outro nome: Atendimento a Casos Agudos do Fórum Ambulatório. O atendimento nesse serviço está a suplantar o número de pessoas que ia lá das oito às vinte e quatro horas. As pessoas estão a ser muito bem recebidas, fruto do trabalho desenvolvido pelos profissionais que aí prestam a sua actividade. Ficou em aberto saber se se justificava ou não a manutenção do serviço entre as vinte e quatro e as oito horas, dependendo do número de utentes que recorreriam ao serviço e da gravidade das doenças, porque nem todos os que recorrem ao serviço de urgências, necessitam de verdadeiros serviços de urgência. Recordou as valências que ficaram instaladas em Vila do Conde, Medicina Interna e a Cirurgia do Ambulatório, a qual tem sido prestada com muita qualidade e prontidão. Disse que analisados os dados da actividade do serviço de urgências nocturno, verificou-se a fraca afluência e, a maior parte das vezes, por coisas insignificantes. Recordou as obras que foram feitas no Hospital de Vila do Conde fruto da actividade desenvolvida pela Câmara Municipal. O alargamento do horário de funcionamento do Centro de Saúde para as vinte e duas horas, podendo vir a chegar até às vinte e quatro horas. Criou-se uma Unidade de Saúde Familiar, respondendo aos anseios de sete mil doentes que estavam sem Médico no Centro de Saúde de Vila do Conde. Uma série de melhorias que resultaram da posição assumida pela Câmara Municipal e manteve-se o Serviço de Urgência. Entende que é preciso fazer-se mais na saúde. A Quinzena da Saúde que se realizou em Vila do Conde permitiu inteirar-se dos problemas que ainda subsistem, nomeadamente a falta de médicos e fazerem-se melhoramentos na Unidade das Caxinas, que precisa de ter mais espaço. Os problemas cingem-se à falta de médicos. Na Unidade de Malta falta um médico. O que faz com que as pessoas tenham que se deslocar a Modivas e aqui faltam dois médicos, com a gravidade de existir a consulta de recurso e havendo uma maior



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

sobrecarga. Só faltam médicos para se ter uma boa resposta ao nível do Centro de Saúde e das extensões de Saúde nas Freguesias. Vairão esta bem, Labruge está bem, a Junqueira precisa de alargar o tempo. Foi reivindicado que não seja só até às dezoito horas, mas até às vinte horas, porque tem mais de sete mil utentes. Disse que hoje existe uma melhor solução, que é importante que as pessoas sintam mais confiança no atendimento, que se mantenha a urgência, com boas condições, com resposta. Por último disse que o que o preocupava era se fosse elogiado pela actual oposição, porque seria sinal que não estava a fazer nada em prol de Vila do Conde. ---

--- CARLOS LARANJA DO PS referiu que a Moção apresentada pelo PSD, revela a "fuga para a frente". Disse que o PSD está comprometido com as suas atitudes no passado e agora distorce o assunto para procurar culpar o Presidente da Câmara, mesmo sabendo que o faz sem o mínimo fundamento. A primeira das falácias surge quando afirmam que a Ministra da Saúde decidiu encerrar o Serviço de Urgência do Hospital de Vila do Conde. Encerrou durante as vinte e quatro e as oito horas, mas tem o apoio de uma ambulância SIV. Recordou que quando o Governo do PSD retirou a Vila do Conde as valências de Obstetrícias e Ginecologia, privilegiando a Póvoa de Varzim que tinha menos partos e menor população, o PSD de Vila do Conde nada fez em sentido contrário. O que contraria a afirmação de que aquela decisão Ministerial de Encerrar a Urgência é extremamente grave e sempre mereceu o vivo repúdio do PSD de Vila do Conde. Lembrou que quando, no passado recente, se admitiu encerrar totalmente a Urgência em Vila do Conde e não só à noite, como agora acontece, embora se acenando com o fecho temporário para obras, o PSD nada fez contra isso e nem sequer subscreveu o Voto de Protesto, apresentado nesta Assembleia. Agora quando ainda se debatia a questão de substituir ou não a urgência nocturna em Vila do Conde, por uma ambulância SIV, com a Câmara Municipal e a IRS Norte e o Centro Hospitalar a esgrimirem argumentos, apresenta esta moção de censura. Enalteceu a posição do Presidente da Câmara que soube controlar o que foi proposto por especialistas ao Ministério da Saúde, sobre a requalificação da Rede de Urgências no País e que apontavam o encerramento puro e simples da Urgência de Vila do Conde. A negociação estabelecida durante meses, entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal, permitiu que para além de se manter um Serviço de Atendimento a Casos Agudos do Fórum Ambulatório, entre as oito e as vinte e quatro horas, ali se localiza-se uma Ambulância SIV, com Enfermeiro e Paramédico, entre a meia noite e as oito da manhã. Estabeleceu-se ainda o que já se concretizou, a reabertura do processo de construção do futuro Hospital Póvoa / Vila do Conde, em terreno a Norte da Rua da Lapa, fixando-se o lançamento do Concurso Público de Concepção/Construção para o próximo ano e conclusão em finais de dois mil e treze. Apontou a melhoria das Instalações Hospitalares de Medicina Interna e de Cirurgia de Ambulatório. O alargamento do horário do atendimento no Centro de Saúde de Vila do Conde. A constituição de uma Unidade de Saúde Familiar, a centésima, para melhor responder às necessidades sentidas para obstar à situação dos utentes sem Médico de Família. Por isso o Voto de Censura, apresentado pelo PSD, justificará o voto contra e até de protesto. Entende que o PSD deveria, antes, enaltecer o papel correcto e defensor dos interesses de Vila do Conde assumido pelo Presidente da Câmara, desta forma séria substituiria a permanente demagogia, pela verdade.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU referiu que em Abril de 2007 a CDU, trouxe à Assembleia, uma Moção de Censura, apresentada de forma algo informal, no decorrer do Período de Antes da Ordem do Dia, sobre o mesmo assunto. Na altura disse que o Protocolo outorgado com o Ministério da Saúde iria encerrar o Serviço de Urgências. Referiu que na reunião ordinária do Executivo Camarário, de oito de Fevereiro de dois mil e sete,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conforme consta da acta, foi dito que a posição do Executivo Municipal era contra o encerramento, que era coerente e que nunca sofreu desvios, e em instante algum quererá o Executivo ver repetida a agressão feita a Vila do Conde como a que foi feita por um Governo do Partido Social Democrata, que encerrou o serviço de Ginecologia Obstetrícia. Disse que nesta matéria o que o Presidente da Câmara diz num dia, a realidade acaba de desmentir no outro. Entende que a Urgência de Vila do Conde foi sendo esvaziada, e que aos poucos deixou de o ser. Já não funcionava um Serviço de Urgências. E que o conceito de atendimento a casos agudos de fórum ambulatório, não são serviços de urgência. Disse que a CDU vai subscrever a Moção de Censura. Por último lembrou que a experiência em Portugal ensina quando uma obra está prevista para uma determinada data, acaba sempre uns anos para além dessa mesma data e que nessa altura o senhor Presidente da Câmara já não será Presidente da Câmara e não responderá por isso. -----

--- JOÃO FONSECA DO PS disse que será difícil de explicar que uns meses antes, ou uns dias antes, de se efectivar o Concurso Público de Concepção e Construção do Centro Hospitalar Vila do Conde /Póvoa de Varzim, foi proposta uma Moção de Censura ao Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal, por questões relacionadas com a Saúde, por questões relacionadas com o Protocolo que teve como consequência a Construção desse mesmo hospital. Parece que nem todos estão satisfeitos com isso. Referiu que se não fosse a forte determinação Presidente da Câmara em todo este processo, daqui por cinco, dez ou quinze anos não havia hospital novo em Vila do Conde. -----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD criticou a intervenção do Presidente da Câmara ao sugerir que as pessoas que estão à frente do PSD não são tão sérias quanto as do passado. Entende que na Câmara de Vila do Conde também há gente séria, e que não foi por causa dessa gente séria que apresentaram a Moção de Censura. Ela foi apresentada por causa daqueles que não têm palavra, que no fundo traíram os interesses dos vilacondenses, que vieram aqui reiteradas vezes dizer que eram contra o fecho da urgência, e que sempre sugerindo e induzindo os vilacondenses em erro, na ilusão de que estavam a lutar contra o fecho das urgências, aplaudiram o fecho das urgências, assinaram acordos que levaram ao fecho das urgências. Não se estaria a discutir esta moção se alguma vez tivesse sido admitido que o serviço de urgência ia fechar. Entende que se invocar a situação da vereadora Marisa Postiga, é uma utilização de métodos anti democráticos, de métodos do antes 25 de Abril, por aqueles que deviam defender os métodos democráticos. Apanharam várias palavras que uma pessoa disse na hora do almoço, truncaram-nas, acrescentaram, retiraram aquelas que lhes interessaram para jogar politicamente, para lhe fazer ataques políticos. Considerou esse facto deplorável e como uma atitude execrável, que por si só merecia uma moção de censura. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE disse que nesta questão havia uma grande dose de populismo, porque estão duas forças políticas a gladiarem-se, pela simples razão deste tema suscitar bairrismos. Entende que para o BE não existe perda de qualidade no tratamento da saúde dos vilacondenses, quando é transferido para a Póvoa de Varzim. Reconheceu que existiam e existem casos que apareciam na dita "Urgência do Hospital de Vila do Conde", igual àqueles que aparecem no Centro de Saúde sem se chamar a essa consulta uma consulta de urgência. Lembrou que o conceito de Serviço de Urgência está definido, tem que ter meios de diagnósticos, tem que ter Médicos especialistas, para as situações de urgência. O que já não acontecia no Hospital de Vila do Conde. Entende que se acabou com a mentira da Urgência em Vila do Conde, o que foi um bem para a população, uma vez que se desenganaram as



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pessoas de irem para um serviço que já não existia. -----

--- A MOÇÃO DE CENSURA FOI REJEITADA COM 39 VOTOS NÃO, 14 VOTOS SIM E 1 VOTO EM BRANCO. -----

--- c) PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE NA ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a constituição de cinco entidades Regionais de Turismo, correspondem às cinco Comissões de Coordenação Regional. O objectivo é a valorização turística das respectivas áreas, não impedindo que as Comissões de Turismo ou Divisões de Turismo Autárquicas continuem a desenvolver o trabalho que considerarem mais conveniente. A importância de aderir a estas novas entidades é que o Quadro Legal actualmente existente, prevê que quem não aderir não tem possibilidades de se candidatar a fundos comunitários e mesmo a fundos estatais. A Proposta é no sentido de se integrar esta nova unidade que vai ter a sua sede em Viana do Castelo. -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou que a alínea d) DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO LUGAR DA VENDA, EM VILAR DO PINHEIRO, não vai ser discutida por ter sido retirada da Ordem de Trabalhos a solicitação da Câmara Municipal. -----

--- e) GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE ACTIVIDADES E INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2009. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL realçou o Saneamento Básico onde prevê intervenções nas trinta freguesias, obras que serão de imediato lançadas nas zonas mais necessitadas das freguesias. Disse que em relação ao fornecimento em baixa foi feita a concessão da exploração da rede à Indáqua, a qual vai assumir a responsabilidade da execução das obras e da melhoria das actuais redes nas freguesias. A partir de um de Janeiro, simultaneamente com estas obras que se vão efectuando, irão surgir intervenções de acordo com o Caderno de Encargos que foi estabelecido, entre a Indáqua e a Câmara Municipal. Vão haver freguesias, onde simultaneamente irão decorrer dois tipos de intervenção: aquelas que são consideradas mais urgentes de acordo com os pareceres das Juntas de Freguesia, e as outras que têm a ver com o Plano que foi definido para estes próximos anos. Referiu-se à ETAR que será construída em Tougues. A obra já foi consignada a um Consórcio que envolve a Soares da Costa, a Monte & Adriano e a Efacec, numa cerimónia realizada na Póvoa de Varzim. O Consórcio tem dezoito meses para ter a ETAR em funcionamento, o que faz com que no verão de dois mil e dez a ETAR esteja em pleno funcionamento, com um tratamento terciário que não tem nada a ver com o tratamento primário que estava projectado para ser feito dentro do designado "Porto da Póvoa". Será mesmo um contributo para a própria despoluição da água do rio Ave. O rio terá outras condições, será muito mais benéfico para a fauna, para a flora, para o próprio recreio no Ave e a zona costeira, nomeadamente a Praia de Árvore, deixará de ter esse problema, de estarem permanentemente afectados pelos efeitos negativos do rio, que apresenta uma poluição que deriva do que acontece muito mais a montante de Vila do Conde. De seguida referiu-se à Educação. A Câmara Municipal está empenhada na Escola a tempo inteiro, em boas condições, com "Actividades de Enriquecimento Curricular", em todas as freguesias, em todas as escolas. Em princípio no mês de Janeiro irá ser subscrito um Protocolo entre a Comissão de Coordenação da Região Norte, o Programa Comunitário QREN e a Câmara Municipal, que permitirá fazerem-se os concursos para quatro escolas, duas na cidade (uma no Núcleo Antigo,

↓
?
A



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

utilizando as antigas instalações da escola Frei João, com frente para a Avenida Bento de Freitas e outra nas Caxinas, a Nascente do Cemitério, nas Caxinas onde existe ainda a maior Escola Básica do 1.º Ciclo, em Portugal). Vai ser necessário criarem-se novos espaços para que as actividades se desenvolvam em condições. Outra escola será em Árvore, no Lugar de Areia e uma outra em Labruge. Neste momento está-se a projectar, com novas candidaturas ao QREN, para várias outras escolas. Vai-se canalizar grande parte do investimento para a melhoria do Parque Escolar. Continuar-se-á a dar atenção ao transporte escolar, que é fundamental para a segurança, para o bem estar dos alunos, bem como às refeições. Lembrou que Vila do Conde, conforme é salientado pela Associação Nacional de Municípios, foi o primeiro município no país a fazer a cobertura das refeições a cem por cento nas Escolas. Aderiu-se aos novos desafios porque se sabe que eles são importantes para o bom funcionamento das escolas. Aceitou-se a transferência de competências na área da Educação, mas uma das competências ainda não será transferida, Gestão do Parque Escolar das Escolas EB2,3, só o será depois de feitas as obras necessárias para serem escolas, com boas condições. Que só aceitou a transferência das competências após ouvir e ter-lhe sido afirmado pelos presidentes dos conselhos executivos que era o melhor para as escolas do concelho. Os conselhos executivos das Escolas vão indicar até ao dia dez qual o número do pessoal que será necessário para que não exista problemas nas escolas. Quanto à Habitação Social lembrou a conquista de Vila do Conde do prémio, no primeiro ano que se instituiu um Prémio Nacional para a Habitação Social. Os prémios eram sempre para construção, não se direccionavam para a Habitação Social e foi gratificante que numa altura em que entraram no Júri, todos os representantes dos profissionais da actividade, Vila do Conde ficou em segundo lugar, com menção honrosa. Esse Prémio não distinguiu a beleza, a qualidade arquitectónica do projecto. O que premiou foi a estratégia seguida a humanidade que levou à execução desses projectos. Não se criaram guetos, mas sim locais aprazíveis para se viver, integrando-se nas respectivas comunidades. Referiu que as Acessibilidades são uma questão crucial, quer nas entradas na cidade, quer nos arruamentos nas Freguesias. Disse que a Rede Municipal satisfaz em pleno, o que nem sempre acontece na Rede Nacional Secundária que atravessa o concelho. As acessibilidades da cidade foram já adjudicadas pelas Estradas de Portugal, acesso na entrada da A28, e da A7, a Vila do Conde, vai ser resolvido, passando para quatro faixas. Está-se a tentar encontrar soluções para resolver o problema da via longitudinal, que entra na Zona Sul do Concelho, até à parte Norte e que será uma alternativa à EN 13, tendo sido apresentada Candidatura, que inclui a Ponte sobre o Ave a um Programa de Variantes e Circulares. Quanto à coesão social disse que foram criados grupos de trabalho no âmbito da Câmara Municipal para dar resposta aos problemas dos municípios e das suas famílias. Atenção essa que se vai manter. Pretende-se combater a exclusão social e a pobreza. Recordou a inauguração do Centro de Memória que é de um equipamento emblemático e que marcará Vila do Conde no país, o Museu Municipal ancora da rede municipal, o Arquivo Municipal, o Centro de Pedagogia Ambiental, todo um conjunto de equipamentos diversificados que se complementam e que são fundamentais para quem quer estudar Vila do Conde. Em conclusão está o Teatro Municipal, que será também um eixo decisivo para a cultura no concelho. Recordou o Festival de Curtas Metragens, o Teatro de Formas Animadas, as actividades exercidas pela Academia de Música e pela Academia de Dança. Apontou o trabalho desenvolvido nas instituições do concelho, o Intercâmbio Cultural Concelhio desenvolvido por muitas associações. Os complexos desportivos são importantes para o concelho. A piscina em Mindelo será brevemente inaugurada.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ar.
A

Acredita que o QREN contemplará as piscinas previstas para Macieira, Junqueira e nas instalações da Antiga 'Fabrica de Conservas Praia Mar. Quanto às questões ambientais lembrou a classificação da Paisagem Protegida, do Litoral de Vila do Conde, para o que foi necessário um trabalho desenvolvido ao longo de vários anos, muitos estudos, muito empenhamento de várias entidades, muitas reuniões, até que a área vai ser classificada como de âmbito regional, incluída na Rede Nacional das Paisagens Protegidas e na gestão estarão para além da Câmara Municipal, o Instituto de Conservação da Natureza, a Junta Metropolitana e a Universidade do Porto. Continuar-se-á com as Agendas XXI, já instituídas em quatro freguesias, mas que se pretende que avance para outras. Por último disse que manter-se-á o apoio e a ligação e a confiança mútua com as Associações e Instituições concelhias, sejam elas de âmbito cultural, recreativo, desportivo, humanitário, social, que prestam um grande serviço ao concelho. A Câmara Municipal tem-lhes reconhecido isso, e continuará a reconhecer nos próximos tempos e não deixará de permanentemente lhes fazer sentir esse apoio que é decisivo para uma maior justiça social em Vila do Conde.-----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD APRESENTOU DOCUMENTO⁶-----

--- FERNANDO REIS DA CDU APRESENTOU DOCUMENTO⁷-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE APRESENTOU DOCUMENTO⁸-----

--- JOÃO FONSECA DO PS DO PS APRESENTOU DOCUMENTO⁹.-----

--- PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RETORTA, ANTÓNIO CASTRO, criticou as intervenções que sistematicamente falam do silêncio dos Presidentes de Junta quando se está a discutir as Opções do Plano. Referiu que já tiveram a oportunidade de analisar o documento e de discutir aquando da sua elaboração. Perguntou se os deputados entendem que os Presidentes de Junta não são capazes de governar as freguesias que representam. E se entendem isso que o digam abertamente. De seguida analisou o Plano e Orçamento defendendo que nas despesas correntes previstas de cerca de cinquenta e oito e meio por cento, tem de se ter em conta que se está a fornecer alimentação às crianças que frequentam as escolas do concelho, que se está a dar apoios às instituições e associações do concelho, à reparação e conservação dos meios de transportes afectos às Escolas e às associações concelhias. Que considera que na verdade é mais investimento do que despesa. Existem determinadas verbas que são Despesas Correntes, mas que na verdade correspondem a Investimento. Considera que tal como tem sido canalizadas as despesas não é preocupante que apareça, cinquenta e oito e meio por cento de despesas correntes.-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE pediu intervenção em DEFESA DA HONRA: "Nesta Assembleia não ouvi dizer que os Presidentes de Junta eram incompetentes. Esteve, por isso, a responder a uma declaração que inventou para poder fazer a intervenção que fez, o que podia fazer sem invocar e sem colocar o odioso na Oposição, nomeadamente do Bloco de Esquerda, que nunca fez essa acusação aos Presidente de Junta. Agora se quer saber e para Defender a Honra, o Bloco de Esquerda, defende que os Presidente de Junta, deviam ter um Orçamento próprio, competências alargadas e não deviam estar à mercê do estende da mão ao senhor Presidente da Câmara. Os Presidentes de Junta deviam defender alteração da Lei, para alargamento das competências e de Orçamentos e para aumentar a autonomia das Juntas de

⁶ Doc. 6 anexo à acta

⁷ Doc. 7 anexo à acta

⁸ Doc. 8 anexo à acta

⁹ Doc. 9 anexo à acta



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

Freguesia, para não andarem a pedir nada a ninguém, porque são órgãos de soberania, como outro qualquer, com competências mais reduzidas que as Câmaras, mas igualmente dignas"-----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse que em Vila do Conde, ano após ano, os Orçamentos são empolados, ano após anos, as expectativas ficam goradas devido ao conjunto de promessas que são feitas e que não são cumpridas. Lembrou que o Anuário publicado, este ano, em dois mil e oito, e que respeita à Associação de Municípios Portugueses, que tem o patrocínio do Tribunal de Contas, diz que Vila do Conde, entre duzentos e noventa e sete municípios, está na lista dos Municípios financeiramente mais independentes, ou seja, está em décimo sexto lugar na lista com maior resultados económicos, e no entanto é o décimo sexto com maior passivo ou dívidas, é o quarto com menor liquidez, é o décimo segundo com maior índice de endividamento líquido e é o vigésimo oitavo com pior índice de endividamento líquido em relação à receita do ano anterior. Em Abril de dois mil e oito haviam cinco mil quinhentos e cinquenta e três vilacondenses a receberem subsídio de desemprego. Havia dois mil e seiscentos a receber subsídio de inserção social. O investimento previsto para dois mil e seis era de trinta e cinco vírgula seis por cento da despesa, em dois mil e sete era de trinta e dois vírgula oito por cento, em dois mil e oito era de trinta e um e meio por cento e o previsto para dois mil e nove é de trinta vírgula nove por cento. Disse que pretende que quem está a governar, seja onde for, sejam sempre os melhores cidadãos, o que nem sempre é possível, ou porque não querem ou porque os seus concidadãos escolhem outros. Lembrou que o trabalho dos Presidente de Junta é, por vezes, complicado por não poderem serem reivindicativos, sob de não virem a ser Presidentes de Junta ou de não receberem as participações que poderiam receber porque quem fala de mais é incomodo. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que no ano de dois mil e oito em IMI, IMT e em Derrama, recebeu-se menos seis milhões de euros, não se contabilizando a perda nas Taxas Urbanísticas. Por isso se prevê, naturalmente, que no próximo ano haja retoma da economia e isso se reflecta nas receitas municipais. Refere que quando se fala em Despesas Correntes, em quase quarenta e cinco por cento, é um disparate. Porque as obras, os materiais para as Escolas, os materiais para as reparações, os espectáculos, os subsídios às Associações são catalogados como Despesa Correntes, quando na verdade o não são. Para a rubrica do pessoal estão destinados vinte e dois por cento. Disse que o deputado Fernando Reis que fala das Freguesias, como se as conhecesse, quando só conhece as portas das fábricas, quando elas entram em dificuldade, não para resolver o problema, mas para ajudar a que elas fechem mais rapidamente. Enquanto uns tentam ajudar a recuperar outros fazem o oposto. Disse que os Presidente de Junta exercem um excelente trabalho que é reconhecido pelas populações, não se devendo preocupar com críticas feitas nestes locais por quem não conhece as freguesias e alguns dos críticos nem na própria freguesia são reconhecidos pelos seus concidadãos. -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 42 VOTOS A FAVOR, 11 VOTOS CONTRA E 1 ABSTENÇÃO. -----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD apresentou DECLARAÇÃO DE VOTO: "*A Declaração de Voto está justificada pela argumentação que aqui foi expandida, lamenta-se apenas que o debate normalmente não tenha a elevação, quer nas palavras, quer nos actos, como se viu aqui pelo senhor Presidente da Câmara e até se lamentam as palavras utilizadas. O debate teria sido mais útil se tivesse sido com a elevação que é necessário haver nestes debates*".-----

--- f) MAPAS DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2009. -----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

--- PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que com a legislação que entra em vigor em Janeiro acabaram os Quadros de Pessoal, são substituídos por Mapas de Pessoal. A diferença não é significativa. Também acabaram as categorias e surgiram os chamados Postos de Trabalho. Apresenta-se um Mapa de Pessoal, respeitando a legislação em vigor. Não haverá aumento de pessoal, o que não significa que não hajam admissões de pessoal porque continuamente há pessoas que se aposentam, há pessoas que saem e ao saírem têm que ser outros contratados. Estas situações têm que estar previstas, para que não hajam problema nos serviços prestados. -----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse que apesar do que foi dito, no resumo dos Postos de Trabalho, por cargo, carreira e categoria, se vê que o número de Postos de Trabalho a preencher são duzentos e cinquenta. Como o total de funcionários do município são mil duzentos e cinquenta e três, se crescerem duzentos e cinquenta passam a ser mil, quinhentos e três. O que constata é que tem havido um aumento do Quadro de Pessoal da Câmara, que o preocupa, pois as despesas fixas começam a ganhar proporções cada vez maior, tanto mais que existem serviços que têm sido entregues a privados. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE disse que se as funções que a Câmara realiza necessitar de mão de obra e se se verificar que essa mão de obra está bem aproveitada, está bem entregue, está bem distribuída e é bem dirigida, não têm questão nenhuma a levantar. Preocupa-o que a Câmara entregue serviços a terceiros e precise cada vez de menos funcionários porque esses funcionários passam para empresas privadas e o vínculo que têm da Câmara, possam passar a vínculos portanto precários ou desqualificados. Não tem nada contra o número, aumento ou diminuição, de funcionários, desde que ele esteja bem fundamentado, bem dirigido e estejam bem enquadrados e as suas tarefas sejam bem executadas e isso resulte em benefício em serviços bem feitos para a População. O B.E. defende serviços públicos de qualidade para os cidadãos. Disse ter dúvidas se aquele Quadro de Pessoal resulta de necessidades de serviços efectivamente realizados ou se pelo contrário, resultam de pedidos de emprego sem que haja necessidade de os contratar. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA disse que na Câmara Municipal trabalham três familiares do deputado Armando Herculano e que lhes pode questionar se os seus serviços são ou não necessários. Quanto ao número previsto de duzentos e cinquenta explicou que não significa que se vá contratar pessoas até se atingir esse número, mas sim em função das necessidades que se vão colocar, conforme a saída, por cessação do contrato de trabalho, aposentação, licença sem vencimento ou outra forma, cujos cargos precisem de ser preenchidos. Recordou que as Escolas vão precisar de Pessoal Administrativo, que vão ser contratados pelas Escolas, podem contratar para satisfazerem as necessidades que em cada escola sejam colocadas. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE referiu que se se fizer um estudo, uma grande percentagem dos membros da Comissão Política do PS são funcionários da Câmara Municipal. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA disse que se o deputado Armando Herculano fizer esse estudo e aplicar o método das percentagens terá uma grande surpresa, pois muitas das pessoas que se candidataram pelo BE, trabalham na Câmara Municipal, têm um bom relacionamento e são bem tratadas. -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 43 VOTOS A FAVOR E 11 ABSTENÇÕES. -----

--- g) INFORMAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE perguntou quais eram as condições de conforto e higiene das viaturas novas que vão ser colocadas ao serviço na linha do Metro de Vila do Conde; se a União Europeia autoriza os apoios financeiros que os governos de Portugal e Alemão pensam conceder à Qimonda; quando será realizada a ocupação



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- PRESIDENTE DA CÂMARA informou que se as actas enviadas apresentam falhas, foi porque houve algum erro dos serviços. -----
- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu por encerrado o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, colocou à votação a MINUTA A ACTA DA ASSEMBLEIA, a qual foi aprovada por unanimidade. De seguida abriu o PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA. -----
- ÁLVARO PONTE DIAS, residente na rua José Afonso, Bloco 4, Lote B, 1.º Esq.º, em Vila do Conde. Perguntou ao Presidente da Câmara qual o prazo de pagamento aos fornecedores que o Município pratica; perguntou ao vereador Dr Vítor Costa se a situação financeira da Câmara Municipal é boa ou má; perguntou ao deputado João Fonseca onde estudou que contabilisticamente falando o Activo do Município é duas vezes e meia maior que o seu Passivo, atestando uma situação económica e financeira equilibrada. -----
- PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que o solicitado deve ser efectuado por escrito e a resposta será dada pelo Director Administrativo e Financeiro dá-lhe a resposta. -----
- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL encerrou o período de Depois da Ordem do Dia, encerrando os trabalhos pelas duas horas e quarenta e cinco minutos. -----

Dr. Lúcio Ferreira

Dr. Vítor Carvalho

Dr. Ana Luísa Beirão

VOTO DE PESAR

Recentemente faleceram alguns vilacondenses que, por diversas formas contribuíram para engrandecimento de Vila do Conde.

António Monteiro dos Santos, um paleógrafo de reconhecidos méritos e capacidade. Monteiro dos Santos foi um autodidacta que dedicou boa parte da sua actividade ao estudo de Vila do Conde e da sua rica história. Homem simples e modesto que, pelos seus méritos e qualidades e pessoais, alcançou um lugar próprio na história da cultura e das artes do concelho de Vila do Conde.

Mário da Costa Torres foi um bairrista ímpar, deixando o seu nome ligado às diversas associações que hoje engrandecem a nossa terra.

Carlos da Silva Costa, quer antes quer depois da sua longa passagem por Angola, deu muito de si ao nosso Rio Ave Futebol Clube, do qual foi um apaixonado dirigente.

José Graça da Silva, mais um bravo “lobo do mar” que pereceu no naufrágio da embarcação “Rosamar”, em Espanha, enlutando uma vez mais toda a nossa comunidade piscatória.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 30 de Dezembro de dois mil e oito, lavra o seu VOTO DE PESAR, transmitindo condolências às famílias enlutadas.

11 de Dez 2008
José António

Proposta de

MOÇÃO

Considerando que é reconhecido publicamente o crescente aumento da criminalidade no Concelho;

Considerando que, para além, da dita pequena criminalidade, também a criminalidade violenta tem aumentado de forma exponencial, traduzindo-se em múltiplos casos de carjacking, assaltos a postos de combustíveis, dependências bancárias e outros estabelecimentos comerciais, gerando a insegurança e o medo entre a população;

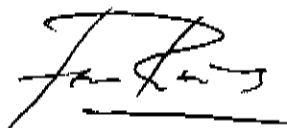
Considerando que o acentuar das dificuldades económicas sempre acaba por traduzir-se ainda em maior crescimento da criminalidade (e recorda-se que uma grave e longa crise é perspectivada pela generalidade dos analistas económicos e sociais);

A Assembleia Municipal de Vila do Conde reunida em sessão ordinária em 30 de Dezembro de 2008 delibera:

Manifestar ao Sr. Ministro da Administração Interna a preocupação pela NÃO CONSTRUÇÃO da Esquadra da PSP na cidade, e do Quartel da GNR em Modivas, estruturas há muito prometidas e de que o concelho tanto carece.

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2008

O Deputado da CDU





MOÇÃO

PELA QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA

PELA SUSPENSÃO DO ACTUAL MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

1. Atendendo a que o modelo de avaliação de desempenho dos docentes, introduzido pelo Decreto-Regulamentar 2/2008, de 10 de Janeiro, se enquadra numa política economicista;
2. Admitindo que o Decreto-Regulamentar 2/2008 vem na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro sobre o *Estatuto da Carreira Docente* dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, diplomas que contribuem para a efectiva degradação da qualidade de ensino da Escola Pública;
3. Tendo em conta os inúmeros problemas suscitados pela aplicação deste modelo de avaliação de desempenho dos docentes;
4. Sabendo-se que as recomendações do Conselho Científico da Avaliação dos Professores, estrutura criada pelo Ministério da Educação, estabelecem duras críticas a aspectos centrais do modelo, nomeadamente quanto à utilização dos resultados dos alunos e do abandono escolar como itens de avaliação;
5. Assumindo que a qualificação do serviço docente é condição indispensável para a melhoria da qualidade do serviço público de Educação;
6. Tendo em consideração que o clima de contestação e indignação dos professores, educadores e alunos, e a insustentável instabilidade e mal-estar vivido por toda a comunidade educativa, prejudicam efectivamente o processo de ensino-aprendizagem;
7. Entendendo a Educação como processo cultural, participativo e participado, em que os professores e educadores não podem ser reduzidos a distribuidores de conteúdos e os alunos a meros receptáculos de uma massa de conhecimentos sem coerência;

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Vila do Conde, na sua reunião de 30 de Dezembro de 2008, delibere:

Solidarizar-se com a luta dos professores e educadores em defesa da Escola Pública com qualidade e pela suspensão do modelo de avaliação em vigor a fim de criar condições para um processo de avaliação de desempenho que efectivamente melhore a educação pública.

(Moção a enviar ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares da A.R.)

armando herculano

30.dez.08

Favor 42

Contra 8

Abst 3

Doc. 4
87

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 30 de Dezembro de 2008, congratula-se com recentes distinções atribuídas ao Município que claramente revelam o acerto da gestão autárquica há muito prosseguida.

Exemplos disso são:

1 – O 1º Prémio Nacional GECORPA de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico em Portugal, pela recuperação da Casa José Régio, por decisão do Júri que integrou representantes do IPPAR, Ordem dos Arquitectos e Ordem dos Engenheiros, justificando-o pela “ponderação prévia dos valores de testemunho histórico e vivencial” que permitiu “manter a estrutura física e a atmosfera da casa”.

2 – A Menção Honrosa da Construção e Reabilitação, atribuída ao Complexo de Habitação Social, distinção do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana no primeiro ano em que foram premiados empreendimentos de Habitação Social, o que traduz apreço nacional pela estratégia desenvolvida pela Câmara Municipal de Vila do Conde em relação ao planeamento urbanístico e à qualidade arquitectónica que mais humanamente alberga famílias incluídas no programa PER.

e mesmo

3 – As razões apontadas para o facto de não ter sido atribuído a Vila do Conde o “Prémio Cidades Limpas 2008”, referindo o Júri que apenas os critérios de índole financeira penalizaram a candidatura por Vila do Conde gastar menos que os 2% do Orçamento do Município exigido e cobrar tarifas à população inferiores às consideradas convenientes! Nos restantes indicadores - população servida pela recolha indiferenciada e por recolha selectiva multimaterial, n.º de papeleiras por mil habitantes e pessoal afecto ao serviço/combustível gasto na recolha, limpeza e lavagem urbanas - foi expresso pelo Júri da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental que Vila do Conde obteve em quase todos “cotação máxima, pelo que apenas será necessário manter o desempenho”.

Pel'O Grupo do PS

NOTA: Se aprovado publicar na Comunicação Social



(Sim) FAVOR: 14
Nulos Abs.: 0
(Não) CONTRA: 39
Branco : 1

Doc 5
12 de 5 p/h.
30/12/2008

MOÇÃO DE CENSURA

"O Grupo Parlamentar do PSD de Vila do Conde quer deixar bem expresso nesta Assembleia Municipal o seu mais veemente protesto pela forma como o senhor Presidente da Câmara geriu todo este episódio do encerramento da Urgência Hospitalar de Vila do Conde".

Como os senhores deputados terão presente, assim começava a moção de protesto apresentada pelo PSD na última Assembleia Municipal, reunida extraordinariamente em 30/10/2008, por não se ter realizado a reunião ordinária de Setembro.

O que aconteceu no dia seguinte, foi de tal modo grave que não podemos – nem queremos – conter a nossa revolta e o veemente protesto: a senhora Ministra da Saúde decidiu encerrar o serviço de urgência do hospital de Vila do Conde.

Ora,

Esta decisão ministerial é extremamente grave e sempre mereceu vivo repúdio do PSD de Vila do Conde – independentemente do partido que está no governo!

Bem mais grave e intolerável é a posição adoptada pela maioria socialista que governa a Câmara Municipal de Vila do Conde e – principalmente – o seu presidente, o Eng. Mário Almeida.

De tal modo que, pela primeira vez na história desta Assembleia o PSD apresenta uma moção de censura à Câmara Municipal. Melhor: à maioria socialista da Câmara Municipal.

O PSD apresenta esta moção de censura baseada no seguinte:

1. O senhor presidente da Câmara Municipal Eng. Mário Almeida, secundado pelos vereadores eleitos na lista do PS, sempre afirmou ser contra o encerramento do serviço de urgência do hospital de Vila do Conde.

Na última assembleia apresentamos várias transcrições das inúmeras citações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas nunca será demais repeti-las aqui, porque a memória de alguns é selectivamente fraca:

«É inaceitável a hipótese de encerramento das urgências, tendo em consideração o recente investimento realizado nas novas instalações da



Doc. 5
(27 de 5 fls.)
30/12/2008

urgência hospitalar e o elevado número de vilacondenses que ali diariamente acorrem», in Jornal de Vila do Conde, 28 de Setembro de 2006.

«É uma injustiça e um erro» e «os critérios da tal Comissão Técnica estão claramente rebatidos e são injustos», in JVC, 31 de Dezembro de 2006

«Nada surpreende tal atitude [da Comissão Técnica] a qual se limita a assentar em discutíveis dados técnicos sem ter em conta a realidade local», JVC, 8 de Fevereiro de 2006.

«É um erro encerrar a urgência em Vila do Conde e é isso que vou transmitir», disse ao DN Mário Almeida, in Diário de Notícias, 20 de Fevereiro de 2007

«O ponto fulcral é que Vila do Conde não pode ficar sem urgências próprias», disse o autarca Mário de Almeida, após uma reunião com representantes da Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N)», in Público, 26 de Fevereiro de 2007

«O presidente da Câmara de Vila do Conde não admite o encerramento das urgências no concelho. O entendimento com o Ministério da Saúde fica dependente da exigência ser aceite por Correia de Campos», SIConline, 26 de Fevereiro de 2007

E, claro, a já lendária:

«Jamais concordarei com o encerramento do serviço de urgência do hospital», Assembleia Municipal de Vila do Conde, 28 de Fevereiro de 2007

2. Parecia, pois, que os vilacondenses teriam razões de sobra para contar com o presidente da Câmara Municipal na luta contra o encerramento do serviço de urgência do hospital de Vila do Conde.



Doc. 5
(3ª de 5 fls.)

30/12/2008

Tal como, de resto, muitas outras populações contaram com os seus autarcas, independentemente da sua filiação partidária, na luta contra as decisões que entendiam ser injustas do Ministério da Saúde, porque gravosas para as populações, como os famosos encerramentos das maternidades.

Teriam razões para contar, mas não puderam contar com o presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde para essas lutas contra o governo do PS.

3. E, assim, no dia 01/03/2007, o presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde assinou um protocolo com o Ministério da Saúde.

É absolutamente inadmissível que um concelho de 75.000 habitantes fique sem serviço de urgência e que esses 75.000 habitantes tenham de se deslocar a um concelho vizinho, de 55.000 habitantes, para serem atendidos em situação de urgência

4. De imediato o PSD se manifestou contra a assinatura de tal protocolo, por entender que por sua causa seria inevitável o encerramento do serviço de urgência do hospital.

Há dois anos, desde a assinatura do fatídico protocolo, que o PSD anda a pedir ao Governo para que a urgência se mantivesse aberta até à construção e abertura da novo centro hospitalar. O presidente do PSD de Vila do Conde entregou pessoalmente ao senhor Ministro da Saúde, em 2007, uma carta pedindo que tal fosse atendido. No mesmo ano, o PSD distribuiu 33.000 folhetos a alertar para o encerramento da urgência.

Na Câmara Municipal foram vários os votos de protesto que o PSD apresentou, todos chumbados pelo PS. Na última Assembleia Municipal apresentamos um voto de protesto pelo encerramento da urgência. Curiosamente, ainda na mesma Assembleia, deputados do PS afirmavam ser «mentira» o encerramento da urgência.

Infelizmente, tínhamos razão.

Agora o Ministério da Saúde decidiu encerrar o serviço de urgência.



BIC-5
(45-45 Jrs.)

30/12/2008

5. Na véspera, nesta Assembleia Municipal, o senhor presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde nada disse.

Das duas uma.

- Ou sabia e não quis dizer, omitindo uma informação fundamental à Assembleia;

- Ou não sabia porque o Ministério da Saúde nem sequer o informou da decisão e quando a ia tomar.

- Na primeira hipótese, temos um presidente da Câmara Municipal que não diz a esta Assembleia tudo o que sabe sobre este assunto. Faltando à verdade à Assembleia, mas muito mais grave à população de Vila do Conde.

- Na segunda hipótese, temos um presidente da Câmara Municipal que perdeu todo o peso político e, diríamos mesmo, o respeito do governo socialista.

Qual delas a pior?!

É, pois, imperioso perguntar: onde está o presidente da Câmara Municipal que há cinco anos ameaçou com levantamentos públicos e manifestações neste mesmo auditório, quando o governo de então apenas pretendia fazer obras, construindo um espaço com condições e qualidade, no que hoje é a extinta urgência?

6. Bem podia – e devia – ter sido outra a postura da maioria socialista da Câmara Municipal, nomeadamente exigindo, como o PSD sempre propôs, que o serviço de urgência se mantivesse organizado tal como estava até à abertura do novo centro hospitalar Vila do Conde/Póvoa de Varzim. Estamos certos que poderia contar com uma amplo apoio quer das forças políticas aqui representadas quer da população de Vila do Conde.
7. Infelizmente, o senhor Presidente da Câmara Municipal assim não quis e preferiu a chicana e a fumaça, chegando a utilizar meios cuja mediocridade não nos cansaremos de repudiar, por lembrarem tempos anteriores ao 25 de Abril de 1974.

Concluindo:



Doc. 5
(5^a de 5 fls)
30/12/2008

1. Considerando a forma inepta, parcial e comprometida como este processo foi gerido em que se começou por dizer que se era contra o encerramento da Urgência e se passou a aplaudi-la.
2. Considerando que os interesses de Vila do conde foram prejudicados pela actuação do Executivo camarário;
3. Considerando que desde que o partido socialista está no governo, o senhor presidente da Câmara Municipal, bem como os vereadores socialistas, faltaram à verdade e omitiram informação à Assembleia Municipal e aos vilacondenses.

É apresentada pelo grupo do PSD a presente moção de censura ao Executivo Municipal

O Grupo Parlamentar do PSD

Adrius
Amílcar Pelayo
Carla Ferreira
[Signature]

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

GRANDES OPÇÕES DO PLANO e ORÇAMENTO - 2009

Sras. e Srs. Deputados Municipais

Srs. Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal

Minhas senhoras e meus senhores

As grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009 mereceram particular atenção do PSD, não só porque dizem respeito ao último ano do mandato desta Câmara, como também para se perceber se deixávamos de navegar à vista e sem rumo definido, como tem acontecido, e se iniciava uma estratégia de investimento que promovesse o desenvolvimento do concelho.

Lamentavelmente, este Plano de Investimento não promove o desenvolvimento do concelho, antes pelo contrário, é mais do mesmo. É uma espécie de filme de terror visto mais de 30 vezes.

Começemos pelas palavras do Presidente da Câmara. Que nos diz ele? Como é que a Câmara olha para a realidade vilacondense? Que ideias tem esta Câmara para Vila do Conde?

A primeira pergunta já foi aqui respondida. O Presidente da Câmara, em vez de nos esclarecer e de explicitar as opções políticas e a estratégia a seguir em 2009, escondeu-as, embrulhou-as num amontoado de lugares comuns, num arrazoado de palavras ocas cuja finalidade é nada dizer e assim dissimular a falta de ideias e de projectos para Vila do Conde. Lê-se a introdução, espreme-se e não fica sumo nenhum. Em alguns casos as palavras do Presidente são desmentidas pelo documento que estamos a analisar. Dois exemplos:

Como todos podem ver, para 2009, prevê-se uma receita de 76 milhões de euros. A mesma do ano passado. Como não há memória de a Câmara alguma vez ter acertado nas suas previsões de receita, também é certo que falhará esta. Aliás, no que toca a previsões, na Câmara cada um diz o que quer: compare-se o que se diz na folha 3 – em 2009 haverá "...um

decréscimo da receita para o município...”. Com o que se escreve na página 36: a receita **prevista é igual à do ano passado**. Em que ficamos? A receita vai se igual ou vai ser inferior.

Diz-se também que as “transferências de competências da administração central para a autarquia não são acompanhadas *da devida mochila financeira*”.

Que mochila é essa Sr. Presidente da Câmara? Qual deveria ser o seu valor?

A administração central vai transferir para a Câmara de Vila do Conde, entre correntes e capital, 23,2 milhões de euros. Ou seja, **mais 2,7 milhões de euros que no ano passado**.

Como se pode o Presidente queixar da *mochila financeira*, se vai receber em 2009 mais de meio milhão de contos do que em 2008?

O Presidente deveria ser o último a queixar-se da mochila que recebeu do Governo. E quando chegasse a vez de se queixar, deveria era assobiar para o lado pois todos nos recordamos que este Presidente da Câmara foi dos poucos que se pôs em bicos de pés para receber competências do Governo na área da educação. Se não lhe deram a devida mochila financeira, como diz, porque é que assinou o acordo com o Governo? Porque veio para a comunicação social gabar-se de ter feito um bom acordo na área da educação?

Vir agora queixa-se da *mochila* é querer passar para os outros as suas próprias insuficiências e desviar-nos o olhar daquilo que interessa. Aquilo que interessa aos vilacondenses é saber se o acordo que o Presidente assinou é tão “bom” como aquele que assinou na área da saúde e nos veio tirar a urgência!

Isso é que preocupa a população e o Presidente sabe-o muito bem.

1. As obras e investimentos “imateriais”

Tal como nos últimos anos, as Grandes Opções para 2009 são fictícias e megalómanas.

O Plano de Investimentos prevê obras num valor global de 73,3 milhões de euros, mas só está assegurado financiamento para 33,5 milhões de euros (f.41). Para que se perceba, **a Câmara Municipal não tem dinheiro nem para metade das obras que nos diz que vai fazer.**

A própria Câmara confessa a sua incapacidade na página 4 da nota introdutória. Logo no primeiro parágrafo, o Presidente diz que a câmara vai recentrar “o investimento em projectos imateriais”.

Ora, aqui está a explicação: como a Câmara não consegue fazer as obras e os projectos que promete, centra a sua actividade em projectos imateriais. Sempre são mais fáceis de construir e sempre se poderá dizer que a Câmara não fez obra porque se dedicou a fazer projectos imateriais.

Mas esta Câmara também tem projectos “materiais” que se vão transformar em “imateriais”, em projectos que não verão a luz do dia nem dos quais beneficiaremos. **Projectos para os quais a Câmara não dispensa nem um cêntimo.**

Veja-se, por exemplo, a construção de centros escolares em Formariz, Guilhabreu, Junqueira e no agrupamento Bagunte/Ferreiró/Outeiro/ Parada. Ou veja-se as Escolas Básicas/Jardins de Infância de Árvore, de Fajozes, de Macieira ou de Mindelo. **Nenhum deles é para se fazer.** Constam do Plano só para criar ilusões aos vilacondenses.

Nem são para se fazer outras obras e investimentos há vários anos prometidos: As piscinas da Junqueira e de Macieira, o Pavilhão de desportos das Caxinas, o Parque de lazer da Poça da Barca, as pontes de Arcos e de Retorta... Só promessas.

Que vai fazer em 2009 a Câmara socialista de Vila do Conde?

Vai fazer investimentos “imateriais” em vez de fazer aquilo que prometeu aos cidadãos; a Câmara de Vila do Conde vai poupar na habitação social; a Câmara de Vila do Conde vai aplicar aos seus munícipes as taxas e impostos mais elevados do país.

Os senhores que governam Vila do Conde dizem-se solidários com as pessoas, mas no seu Plano e no seu Orçamento só vemos conversa fiada e dificuldades acrescidas para a população.

Veja-se o **turismo** que poderia ser um dos motores da economia local e continua a ser o parente pobre da inexistente política camarária, como o provam os 18 mil euros previstos para investimento. **0,05%** do investimento que a Câmara diz que vai fazer. Lamentável.

Veja-se a **dívida?**

Como se explica que não se fazendo obras e sendo os projectos "imateriais", Vila do Conde tenha uma dívida de 34,2 milhões de euros?

Como explica o Presidente da Câmara que, sendo Vila do Conde um concelho em que milhares de pessoas vivem sem as necessárias condições de higiene e salubridade, sem água e sem saneamento; um concelho com as mais elevadas taxas de insucesso escolar, com as mais elevadas taxas de mortalidade infantil da região, se vá pagar em juros 3.700 euros por cada um dos 365 dias de 2009? Não há explicação.

2. Um concelho a duas velocidades

Este Plano e Orçamento continuam a fazer de Vila do Conde um concelho a duas velocidades: de um lado temos uma sede que capta o grosso do investimento, bonita e apetrechada com vários equipamentos culturais, do outro estão as 29 freguesias que continuarão a ficar com as migalhas do investimento camarário, algumas delas, quase ao abandono.

E ainda se gabam das transferências que fazem para as freguesias. Como se lhes estivessem a fazer um grande favor.

Minhas senhoras e meus senhores, não se deixem enganar.

A Câmara vai receber do Estado **mais 2,7 milhões** de euros que no ano passado e gaba-se de transferir para as 29 freguesias rurais, onde vive cerca de 2/3 da população, mais 39.700 euros que no ano passado, 1,5% daquilo que vai receber do Estado, a repartir por todas.

E, que ninguém se iluda, estas migalhas servem para pagar as obras que compete à Câmara fazer e não às Juntas. A desfaçatez é tal que a Câmara em vez de pagar, directamente aos empreiteiros, as facturas dos arruamentos, das capelas mortuárias e de outras obras que constam dos seus Planos de Investimento transfere as respectivas verbas para as Juntas de Freguesia que ficam responsáveis por passar o cheque.

Trata-se de um bom negócio: A Câmara fica duplamente bem vista: vem cá dizer-nos que transfere verbas para as freguesias fazerem obras, mas continua a ser ela a responsável por essas obras e continua a ser ela a inaugurá-las.

E quanto aos critérios para oferecer esta pobre “consoada” às freguesias, nada. A Câmara acena a todos os presidentes da Junta com uns milhares de euros, mas não diz quanto cabe a cada freguesia. O P.S.D. não aceita esta forma pouco transparente de fazer política. Estes autarcas mereciam saber, hoje, quais os seus projectos que iriam ter financiamento camarário. Mereciam saber hoje qual a parte do orçamento camarário que cabe às suas freguesias. Mas não sabem. Estarão um ano inteiro à mercê da bondade do Sr. Presidente da Câmara.

3. A “aposta nas pessoas”

Diz o Presidente que a Câmara “aposta nas pessoas” e que “as pessoas ocupam lugar cimeiro no desenvolvimento do concelho”. Parece ser esta a trave mestra da política camarária para 2009.

E seria boa trave se fosse mestra.

Acontece, porém, que se olha para este Plano e Orçamento e não se vê nenhuma política que ponha as pessoas em primeiro lugar. As políticas para 2009, que se conseguem vislumbrar neste documento, são as mesmas de 2008 e 2007 e 2006....E que têm colocado o concelho nos últimos lugares do desenvolvimento na Área Metropolitana do Porto.

Não se vê uma medida política de apoio às famílias ou aos jovens.

Pelo contrário, as crianças vão continuar a ter aulas em contentores, muitos jovens vão continuar a praticar natação na Maia e na Póvoa de Varzim porque as três piscinas que nos prometem há quase 10 anos estão no papel; os jovens e os adultos continuarão a não poder praticar desporto, por falta de pavilhões e recintos desportivos cobertos e os doentes terão de recorrer à Santa Casa da Misericórdia e ao hospital da Póvoa de Varzim, tudo por incúria desta Câmara.

É esta a política para as pessoas da Câmara Municipal de VC.

É chocante não haver uma única menção ao combate aos dramas causados pelo desemprego, uma das maiores chagas do concelho e certamente a maior preocupação das pessoas neste momento;

É incrível não haver nenhuma medida política de diminuição das taxas e impostos sobre os cidadãos e de apoio às empresas.

É injustificável o corte de 3% nas verbas para o Programa Especial de Realojamento.

Estas falhas mostram, claramente, que a actual equipa camarária não tem uma visão da realidade dos problemas do concelho, daquilo que aflige as pessoas, das assimetrias gritantes entre as freguesias e a sede do concelho, enfim, este executivo não sabe o que é preciso fazer para Vila do Conde se desenvolver.

Para esta Câmara, socialista, as pessoas estão em primeiro lugar.

Em primeiro lugar para pagar impostos.

Nos primeiros lugares, a começar do fim, na qualidade da água das praias, nas taxas sucesso e abandono escolar, no desemprego, na taxa de mortalidade infantil, no índice de poder de compra, nas dívidas da autarquia e em tantos outros indicadores.

Minhas senhoras e meus senhores.

Não fossem os impostos e as taxas que a Câmara aplica aos vilacondenses e haveria menos 1,5 milhões de euros de receita que no ano passado.

É desta forma que a Câmara põe as pessoas em primeiro lugar. Os vilacondenses ocupam o lugar cimeiro para pagarem o funcionamento de uma Câmara que gasta quase 45 milhões de euros em despesa corrente.

Por cada 10 euros de receita que a Câmara arrecada, perto de 6 são gastos a untar a máquina camarária.

Se todos os vilacondenses tivessem de pagar directamente o funcionamento da Câmara em 2009, teriam de desembolsar Quinhentos e noventa e três euros cada. 593 euros é o que cada habitante, crianças adultos e idosos, teria de pagar para manter esta Câmara.

As pessoas em primeiro lugar, dizem estes senhores.

Se esta câmara estivesse verdadeiramente interessada no bem-estar dos vilacondenses há muito teria diminuído a carga de taxas e impostos, como propôs o PSD. Porque é que a Câmara não abdica de uma fatia dos impostos e taxas para apoiar as famílias e as empresas como propôs a ANMP e como estão a fazer tantas câmaras pelo país?

Se a câmara estivesse interessada em beneficiar as pessoas apresentaria políticas e medidas orçamentais concretas de apoio à habitação, de apoio às famílias, de apoio aos jovens, especialmente num ano de acrescidas dificuldades económicas como já foi referido pelo Primeiro-Ministro.

A Câmara socialista de Vila do Conde esqueceu-se dos vilacondenses.

Por isso, o P.S.D. votará contra o orçamento e opções do plano do município para o ano económico de 2009.

30.12.2008

J. U. C. —
Carlos Figueiredo
Américo Telajo

Adriano

GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE ACTIVIDADES E
INVESTIMENTO
E ORÇAMENTO PARA 2009

2009 +
30/12/2008
(fil 1 de 5 fls)

A apreciação às “Grandes Opções do Plano de Actividades e Investimento e Orçamento Para 2009” permite concluir que, a exemplo do verificado nos anos anteriores, se está perante mais um exercício de ficção com que, em pleno decorrer da época natalícia” o executivo PS faz questão de apresentar a Assembleia.

Ou seja:

A propositura de um documento que deveria supor-se credível, mas que todos – mesmo todos - antecipadamente, sabem não o ser.


E, tal, nem sequer se deve, como é dito na Nota Introdutória, ao facto de verificar-se “Num panorama económico difícil”. O que, até sendo verdade, perde relevância dada a prática, já habitual, em “pintar-se o cenário” com cores escuras, na tentativa de auto valorização.

Recordemos:

- O Plano para 2006 referia “Os Grandes constrangimentos a que os municípios estão submetidos”;
- O de 2007: “As restrições impostas às autarquias... e as condicionantes impostas pela Administração Central”;
- E o de 2008: “A conjuntura económico-financeira nacional difícil e exigente”.

A insistência na apresentação de documentos não credíveis, por parte do executivo, quando muito, deve-se à própria falta de memória e, porventura, à convicção de que tal insuficiência é extensível à oposição, ao facto de nada ter querido aprender com a demonstração repetitiva de malogros anteriores ou, mais grave, ainda, ao já não saber furtar-se ao semear de ilusões com que, na senda de executivos anteriores, desde início do mandato, fez assentar a sua prática política.

Senhores Deputados,



30/12/2008
(fl. 2 e 5)

Só isso justificará que a maioria PS na Câmara, faça a defesa do Plano, em discussão, partindo do pressuposto de que em 2009 arrecadará em receitas 76 milhões euros!

Mas, do Orçamento falaremos mais adiante...

Acreditará o Executivo que, apesar do *“decréscimo de receita para os municípios”* e do *“aumento constante das competências transferidas da Administração Central”*, que refere, contraditoriamente, possam as verbas decorrentes destas contribuir para recheiar os cofres camarários...

Tal, no entanto, não se coaduna com a *“queixinha”*, constante na Nota Introdutória, de que essas transferências *“não são acompanhadas da devida “mochila” financeira”*. O que, aliás, não faz sequer sentido. Pois, como todos sabem, como aconteceu na área do ensino, a transferência é feita com o assentimento da câmara.

Antevêem-se, no entanto, dessa decisão, sérias repercussões financeiras, mormente no que ao pessoal não docente respeita. Isso, todavia, e pelo menos para já, não faz parte das preocupações do colectivo camarário...

Não pode deixar de dizer-se que toda a Nota Introdutória não passa de *“conversa”*, dado nada ter a ver com o que se propõe, e tem proposto e realizado:

Se não, veja-se:

- Promete continuar um desenvolvimento harmonioso do Concelho, quando o que cada vez mais evidencia é o acentuar das assimetrias, entre a sede do mesmo e as restantes freguesias (fls.3), algumas das quais quase abandonadas em termos de investimento e que muitos dos que constam dos Planos de Actividades vão passando de ano para ano, não saindo da face de processo. Entretanto, vai-se distribuindo apoios financeiros às Juntas de Freguesia, sem qualquer critério de rigor, potenciando a discriminação;
- Apresenta como parte de um modelo estratégico, que coloca em primeiro lugar as pessoas, o ambiente, a coesão social e a qualidade de vida

Áreas em que, de facto, desde sempre valeu apostar, mas em que, apesar disso, o que se constata é que à teoria não havido correspondência prática:



30/12/2008
(fl. 3 de 5/6)

- No caso da Educação, a realidade transcrita na carta educativa, que o executivo se viu obrigado a elaborar, é bem ilustrativa!
- No âmbito do Ambiente, basta recordar que foram precisos quase 35 anos para se chegar a uma solução para o tratamento de esgotos.

E que foram necessários todos esses anos para a Câmara assumir a sua incompetência e incapacidade em levar a água e saneamento a todo o concelho, pelo que tomou a decisão, extremamente grave, de privatizar os serviços de água e saneamento.

Para além disso, há referir um Concelho com todas as linhas de água poluídas, com as águas das praias a deixar a desejar, com picos de poluição atmosférica inadmissíveis...

- No tocante à Coesão Social, ressaltam uma elevadíssima taxa de desemprego e, conseqüentemente, mas não só, um dos mais baixos poderes de compra de todo o Grande Porto.

Ora, da qualidade de vida faz parte todo o já referido, que tanto deixa a desejar, para além do mais que se referirá:

- Como, por exemplo, a área da Habitação, da qual a referência ao PER (fls. 6) tem total pertinência, mas de que não pode deixar de manifestar-se indignação face ao facto de, continuando a existir tantos vilacondenses em carência, se manterem desabitados e a degradarem-se dezenas de fogos. Alguns, construídos há mais de cinco anos!
- No que à Saúde respeita, apesar da muita propaganda que a envolve, é reconhecida a existência de milhares de conterrâneos nossos que continuam carecidos de médico de família...

E no respeitante à construção do Centro Hospitalar de Vila do Conde /Póvoa de Varzim, há muito reclamado, não pode deixar de denunciar-se o seu carácter público/privado, num ascender de privatização da saúde, tal como o facto das urgências de Vila do Conde terem encerrado prematuramente o que só deveria verificar-se na altura da entrada em funcionamento do novo Hospital.

4
30/12/2008
(Art. 4 de 1º fl.)

As Grandes Opções do Plano de Actividades reiteram-se a si mesmo como um amontoado de promessas.

Como promessas foram e continuam sendo a Piscina e o Pavilhão Desportivo das Caxinas, as piscinas de Junqueira e Macieira, ou, ainda, a Ponte sobre o Rio Este, a ligar a EN 306 à EM 526, em Arcos, e a tão propalada Ponte de Retorta.

Promessas que remontam mesmo a outros mandatos e que, não se duvide voltarão a fazer parte das ilusões vendidas, em eleições futuras...

Recordamos que a Ponte de Retorta já teve verba inscrita no Orçamento. Tal como lembramos também que o PCP vem apresentado há anos a sua inscrição no PIDDAC, o que, todavia, sempre foi chumbado quer pelo PS, quer pelo PSD e pelo CDS/PP (*Não podendo deixar de referir-se que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia é Deputado à Assembleia da República pelo Partido Socialista*).

Quem entende?

Seria interessante, aliás, esta Assembleia fazer um balanço das tantas promessas que ainda não passaram de promessas. Talvez concluíssemos em definitivo que a nível de Planos de Actividade e Orçamentos o que se tem discutido são meros documentos virtuais, provenientes de uma qualquer feira de ilusões!

As Grandes Opções do Plano para 2009 são a confirmação do que continua a ser o comportamento da Câmara.

Delas constam mais de 40 investimentos “na fase não iniciada”, a grande maioria dos quais se arrasta desde 2003. Mas também cerca de um dezena de outros, previstos em anos anteriores, que ainda não passaram da fase “com projecto técnico”.

As ilusões constantes do Plano reflectem-se no Orçamento. Desde logo na receita a arrecadar: 76 milhões, um desvario!

De 2008, saberemos os resultados lá para Abril. Mas, em 2007 a receita quedou-se nos 57,4 milhões e em 2006 nos 52 milhões.

Provavelmente, para o executivo a diferença para os almejados 76 milhões de euros é coisa pouca, apenas + 46,15% que o obtido em 2006 ou + 32,4% que o alcançado em 2007. Tudo isto, num ciclo marcado pelas dificuldades,

como os sucessivos Planos não se esqueceram de referir. Imagine-se se assim não fosse...

5
30/12/2008
C.R. 5 de 5/6

Como se evidencia, voltamos a ser confrontados com os empolamentos habituais, mormente no que respeita à Venda de Bens de Investimento (fls.29), onde se prevê obter quase 14 milhões de euros. O que demonstra, uma vez mais, que a Câmara continua a não tirar lições das baixas taxas de execução das sucessivas contas de gerência nem, tão pouco, das auditorias/Inspeções feitas pelas entidades oficiais. Preferindo continuar nessa prática, única forma de meter a martelo obra que sabe não poder fazer.

Mas, mesmo considerando este Orçamento artificial, porque empolado, não se pode deixar de realçar que os Investimentos significam apenas 30,9% (fls. 36), valor que diminuirá com a concretização do Orçamento. Ou seja, a realidade encarregar-se-á de mostrar, como tem mostrado, que as Despesas Correntes, para já a representarem 58,5% (fls. 36), assumem um papel cada vez mais preponderante no Orçamento municipal.

No que respeita às verbas a transferir para as freguesias (fls. 46), voltamos a reiterar o seu carácter pouco transparente. Já que, a maior parte do seu valor não tem a sua distribuição definida, o que permite discriminação e tratamentos preferenciais, situação que sempre se devendo acautelar mais o deveria ser em ano de eleições.

Pelo que, tendo-o defendido no passado, voltamos a repetir: Seria útil o estabelecimento de protocolos de descentralização de competências, com os respectivos meios financeiros, da Câmara para as Juntas. O que, sendo mais transparente, certamente, seria também mais incentivador para estes Órgãos de Poder.

Estão assim, pois, explanadas, ainda que em termos gerais, as razões que desacreditam as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009 e que, conseqüentemente, obrigam a que votemos negativamente o documento em discussão.

30-12-2008

CDU - Coligação Democrática Unitária
fer R.

ORÇAMENTO E PLANO

O orçamento para o próximo ano padece dos mesmos erros e omissões que lhe apontamos em anos anteriores: é megalómano, é desequilibrado, é centralista e serve apenas os fins eleitoralistas da maioria PS.

Este orçamento só é possível, porque não resulta de nenhum encontro de vontades, de nenhum processo participado de levantamento de necessidades e sua priorização; não foi feito qualquer esforço para concertar com a oposição, ou com as populações, antes pelo contrário, tudo é feito para inviabilizar contributos, mantendo apenas a aparência de uma governação democrática, mas agindo ao arrepio dela. Quando se fala de uma crise de credibilidade da democracia e se aponta e exige maior participação cidadã como forma de a credibilizar e desenvolver, o partido socialista faz o caminho contrário e contribui com a sua prática jurássica para aprofundar o descrédito das populações.

A prática política mais sustentável e inovadora, aquela que atende e coloca as pessoas na sua primeira linha de preocupações, a que é solidária e socialista, é aquela que conduz a realização do orçamento através de metodologias participativas, desde logo através do chamado Orçamento Participativo, através de auscultações várias, assembleias abertas e inquéritos e um trabalho de compatibilização das necessidades com as disponibilidades da receita, através de uma calendarização consensualizada.

Este orçamento é o oposto dessa prática, é autoritário e por isso democraticamente questionável.

ORÇAMENTO:

Relativamente ao ano corrente, o orçamento para 2009 emagreceu, o que se comprova se aos 76 milhões subtrairmos os 5 milhões devidos às novas competências transferidas para as autarquias. Mesmo assim, este orçamento é 25% acima do máximo histórico da execução, que ocorreu nos anos de 2002 e 2007, com a receita a atingir os 57 milhões de euros.

Este facto impõe-se por si só, não deixando que a mentira que este orçamento representa, passe por sério. Esta é aliás a prática habitual da governação do PS, a qual teve como expoente máximo o ano de 2001, para o qual foi prevista a receita de 88 milhões tendo-se apenas arrecadado cerca de 50.

O que é que o ano de 2001 tem em comum com o de 2009? Tem o facto de ambos serem anos de eleições e daí a necessidade de empolar a receita para que esta cubra as promessas inscritas no Plano.

Este orçamento representa apenas a fantasia do PS, o qual já nem engana os mais incautos. De que serve aprovarmos um orçamento em Dezembro se este não resistirá a um trimestre, tantas são as revisões do mesmo ao longo do ano? Este é pois mais um orçamento *faz-de-conta*. *Faz-de-conta* que não existe crise na construção civil e o IMT e IMI sobem, faz de conta que a crise que abre telejornais, que fecha empresas, que aumenta o desemprego, que preocupa o primeiro-ministro, a União Europeia e o mundo, não chega a Vila do Conde.

Este orçamento passa ao lado da crise, palavra que não consta da nota introdutória, sendo substituída pela frase mais suave "...o quadro económico-financeiro nacional e internacional não se mostrar animador..." pretendendo iludir e justificar este orçamento irreal.

O Presidente da Associação Nacional de Municípios anunciou que os municípios portugueses vão prescindir no próximo ano de 555 milhões de euros de receitas de impostos para minimizar os efeitos da crise financeira mundial, montantes que adviriam da diminuição do IMI, IMT, da Derrama e do IRS. Além destas medidas inscritas nos respectivos orçamentos, outros apoios adicionais iriam ser implementadas, tais como, apoios à aquisição de medicamentos para idosos, à mobilidade de deficientes, a diminuição da tarifas da água para consumidores de baixos rendimentos, ao arrendamento de habitação ou na obtenção de alimentos.

Procuramos neste orçamento algumas destas medidas, mas não as encontramos. As transferências para as instituições sem fins lucrativos aumentam (119.000€) apenas 7,6%, mas sem que nada seja afirmado quanto ao destino desse aumento; as transferências para as famílias baixam de seis mil para cinco mil euros num dos concelhos mais afectados pelo desemprego e com um dos mais baixos poderes de compra da AMP; o que nos leva a questionar se é esta a **"Aposta nas pessoas..."** e os **"...valores da solidariedade..."** dos eleitos pelo partido chamado de socialista. Um governo socialista, em época de crise, destinaria parte dos impostos para financiar a acção social, tal como fizeram muitos municípios, através das medidas referidas pela ANMP.

A maioria socialista que, para fixar os valores de IMI e IMT, se fundamenta na Associação Nacional de Municípios, desta vez não acompanha as preocupações sociais da mesma, deixando bem claro que só o faz por oportunismo político.

Esta maioria, que se diz socialista, é insensível aos efeitos da crise que afecta todos, mas mais dramaticamente os mais desfavorecidos e remediados. Pelo contrário, o orçamento para um ano de crise profunda prevê um aumento das receitas correntes de 6,5%, particularmente notória nos valores de IMI (7,7%), imposto de circulação (50,8%) e pasme-se de IMT (18%) o que torna este orçamento ridículo.

A maioria dita socialista que nos governa reage aos tempos de crise que provocam a baixa de actividade das empresas e consequentemente a diminuição da Derrama, com aumentos das contribuições sobre as famílias já endividadas com a compra das suas habitações, fixando o IMI e IMT nos valores máximos.

PLANO:

O documento em si é de má qualidade, incompleto, não rigoroso e denota falta de transparência.

- Várias são as rubricas de compra de maquinaria e equipamento informático que estão subdivididas sem que seja discriminada a sua designação (pág.12,13,18,19 e 20), (1,2,7,8 e 9 do Plano), totalizando 993,500€.
- As colunas da fonte de financiamento não estão preenchidas.
- Beneficiação de Infra-estruturas hidráulicas nas Caxinas, 150.000€ em duas obras não identificadas (pág.15, 4 do Plano) o que demonstra a fraca qualidade dos documentos ou falta de transparência dos mesmos.

Mas discutir um orçamento e um plano, é sobretudo fazer escolhas, discutir opções, e neste Orçamento não é claro quais são os critérios para as escolhas realizadas.

Temos repetidamente denunciado o desequilíbrio do investimento entre a sede do concelho e as restantes 29 freguesias. Para o demonstrar, fizemos um apanhado das rubricas passíveis de serem situadas nas freguesias e excluímos a construção de escolas, pois o seu financiamento e calendarização foi já definido na carta educativa; das 61 elencadas

- 19 são na sede do concelho e 52 nas freguesias
- cerca de cinco milhões (4.995.250,00) de investimento na freguesia de Vila do Conde e pouco menos de quatro milhões e meio (4.339.000,00) nas outras vinte e nove freguesias
- menos de duas obras por freguesia contra 19 na freguesia-sede de concelho.

Ora falar em concelho harmonioso quando, orçamento após orçamento, o valor destinado ao investimento nas freguesias periféricas, as mais carenciadas, é repetidamente muito menor do que o que é aplicado nas obras da freguesia sede do concelho, só pode ter como resultado, um maior desequilíbrio e não o contrário.

Não podemos terminar sem pontuar alguns exemplos, quer pela positiva quer pela negativa, deste orçamento e Plano.

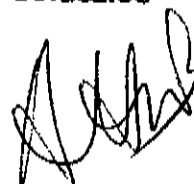
Pela positiva notamos: o primeiro investimento na agora designada Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde; a compra dos terrenos da cidade de Bagunte e a realização dos acessos ao futuro Centro Hospitalar e a conclusão do projecto interceptor sul de ligação ao sistema de tratamento intermunicipal com o Município de Matosinhos.

Como negativo assinalamos: a não realização dos arranjos na zona Industrial da Varziela, a lentidão da construção da ponte de Retorta, a não construção da ponte sobre o rio Este. Notamos também que continuará adlada as repetidamente prometidas piscinas, integradas no pavilhão desportivo, das Caxinas, a que agora também se junta o parque desportivo e de lazer nas Caxinas e Poça da Barca.

O Bloco de Esquerda não se vai associar a esta forma de governar que rejeitamos profundamente.

armando herculano

30.dez.08



Grupo Municipal do Partido Socialista de Vila do Conde

Linhas Orientadoras: Grandes Opções do Plano de Actividades e Investimentos e Orçamento Municipal para 2009

Começamos este ano por falar não de nós, mas da nossa oposição. E assim começamos, porque a oposição (nunca falando de si própria, pela crónica falta de construtivas ideias próprias) vem aqui dizer que está cansada de ouvir as mesmas coisas, as mesmas propostas, que há um cheiro a bafio na gestão socialista, um desgaste, que a gestão socialista é sempre igual, não inova... bom, que Vila do Conde é uma “repetitiva monotonia”.

E eu quero aqui perguntar: de que rotina estão a final os senhores a falar?

De que ano após ano Vila do Conde tem:

- mais pessoas a visitarem e a escolhê-la para viver;
- mais pessoas a elegerem as suas praias como principal destino de férias, certamente pela sua qualidade, pelas suas infra-estruturas envolventes, pelos seus acessos;
- jovens vilacondenses nos mais diversos desportos, amadores e profissionais, se afirmam no plano nacional, mostra evidente da sua qualidade pessoal e propícias condições envolventes;
- novas organizações culturais, trazendo um reconhecimento a VC que há muito deixou de estar exclusivamente ligado à Feira de Artesanato, mostrando a capacidade do Executivo em se adaptar às exigências e mutações culturais;
- vai recebendo prémios atribuídos por entidades independentes seja na requalificação do património, seja no ambiente, seja na sua modernização administrativa, seja na qualidade da sua Habitação Social;
- importantes investimentos de escala internacional somos capazes de atrair e outros cm raiz local se conseguem afirmar no panorama nacional e internacional.;

- diferentes individualidades dos mais diversos quadrantes políticos elogiam Vila do Conde e avalizam o modelo de crescimento e estratégia de crescimento do executivo socialista.

É disto que os senhores se lamentam? É desta rotina? Não temos dúvidas. É disto que os senhores se lamentam. E lamentam-se porque sabem no fundo que quanto mais isto é assim, mais os vilacondenses sentem que fazem bem em depositar a sua confiança no Partido Socialista.

Bom, mas tudo tem por base, ano após ano, uma preparação e um planeamento e é isso que aqui estamos a discutir.

O orçamento que ascende este ano a 76 Milhões €, e importa analisar todo o documento e não só a folha resumo de receitas e despesas. De facto, como aqui foi bem dito as despesas correntes representam 44,5 Mio €, enquanto as despesas de capital representam 31,5 Mio €. Refira-se que as receitas correntes são de 50,7M€, pelo que cerca de 6M€ serão encaminhados de gastos correntes para as chamadas despesas de investimento. Mas, mais uma vez este ano trazemos aqui a desmistificação do que são as despesas correntes. Assim, para além do funcionamento da Câmara Municipal, incorporam despesas com “investimento” (embora assim não consideradas contabilisticamente) com manutenção de equipamentos e veículos; incorporam ainda uma série de despesas cujos destinatários são directamente os munícipes. A saber: encargos com os transportes escolares; encargos com a alimentação dos alunos do ensino básico; encargos com os professores relativos às actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do Ensino Básico; apoios financeiros a conceder à Freguesias, como complemento do FEF; apoios financeiros a conceder às diversas associações e instituições existentes e em actividade

no Concelho; compra de água para abastecimento público à Sociedade “Águas do Cávado, S.A”. visando satisfazer as necessidades dos vilacondenses; juros financeiros a pagar, conexos com empréstimos financeiros de médio e longo prazo contratados para financiamento de investimentos já realizados, em concreto obras participadas por fundos comunitários e Habitação Social, no âmbito do PER e para venda.

E mais; há um documento que vem anexo em todas as Assembleias, que tem por assunto “Actividade Municipal” e que é religiosamente ignorado pela oposição e que explica, para quem faz de conta não perceber, o que é o “aparelho” Municipal. E então podemos ver que:

- 20 mil pessoas foram à **Biblioteca Municipal** entre Set. e Nov.;
- que cerca de 5 mil pessoas foram aos **Museus** em Vila do Conde, entre Out. e Nov;
- que 22 organizações e 9 Instituições concelhias preencheram o **Auditório Municipal** desde Novembro;
- que 25 Clubes e Instituições utilizaram o **Pavilhão Municipal** e registou 56 mil utentes ao longo de 2008;
- que o **Parque de Jogos** teve cerca de 50 mil utentes, a que acrescem 18 mil do seu Pavilhão em 2008.

Quanto às GOP aqui presentes ascendem a 73 Mío €, com as despesas com as Funções Sociais a absorverem 82%. Sintetizando algumas áreas de enfoque:

- As GOP dão este ano particular enfoque à Educação, procurando-se cumprir as indicações da Carta Educativa irão ver canalizados 26M€ (36%), tendo já as primeiras intervenções visto a participação em sede de QREN aprovada.

Doc. 2
30/12/2017
(42.24.16)

- Também continuando a corresponder ao forte movimento e pulsar cultural e associativo do Concelho, os Serviços Culturais absorvem quase 20 Mio € (26% do total do PPI). Aqui há a destacar o investimento destinado à reconstrução do Cine Teatro Neiva, que sendo um palco para as artes vilacondenses, terá visibilidade metropolitana e nacional.
- As opções tomadas ao nível de Água e do Saneamento estão já no terreno, com obras em algumas freguesias, sendo estas realidades que irão absorver quase 2,9 Mio €.
- Também o modelar projecto de Habitação Social vai continuar, merecendo 4,9Mio €, crescendo em número de fogos e abrangência concelhia, como também se executando os trabalhos de necessária conservação.
- Por fim, a importância reconhecida pela Câmara Municipal ao papel das Juntas de Freguesia continuam bem evidente no documento aqui trazido, onde lhes são destinados cerca de 2,3 Mio € (e apenas considerando o que lhes é directamente direccionado) e que é praticamente o dobro daquilo que o Estado Central lhes destina.

Em suma o Orçamento e as GOP aqui trazidas “teimosamente” vão continuar a guiar Vila do Conde no caminho do desenvolvimento sustentado, promovendo a qualidade de vida de todos quantos cá vivem e trabalham.

